

DM  
LOUR/A.1

1996/98

**Dissertação de Mestrado em Psicologia e Educação Ambientais**

**Instituto Superior de Psicologia Aplicada**

Ana Luisa C. M. T. Loureiro

**Espaço Público e Identidade: Visitantes e Residentes  
do Parque Natural de Montesinho**

Orientadora: Professora Doutora Maria Luisa Lima

Seminário de Investigação dirigido por: Professor Doutor Luis Soczka

Setembro 99



ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Centro de Documentação

Registo: 14544  
Data: 25/11/2003

## Agradecimentos

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Luisa Lima a orientação deste trabalho, o incentivo e o saber e vivência académica que me tem transmitido desde sempre.

Agradeço também ao Arq. Carlos Guerra, no ICN, a possibilidade e apoio para a realização desta investigação no Parque Natural de Montesinho. Também no ICN, agradeço à Dr<sup>a</sup> Luisa Tomás e a todos aqueles que, em Lisboa e em Bragança, me apoiaram.

A todos os visitantes do Parque Natural de Montesinho que colaboraram respondendo ao questionário, agradeço a sua participação e interesse demonstrado.

Aos residentes do Parque Natural de Montesinho, sobretudo das aldeias de Palácios, Rio de Onor e Montesinho, agradeço a disponibilidade e o acolhimento que me prestaram durante as deslocações ao parque. Agradeço em especial à aldeia de Montesinho, que me recebeu na fase de aplicação dos questionários a visitantes, todo o acolhimento e apoio dado à realização deste trabalho.

Agradeço ao Rui todo o estímulo, compreensão e total apoio à realização deste projecto. À Matilde e Carlota também, por todos os fins de semana sem a Mãe.

## ÍNDICE

	Pág.
RESUMO	4
ENQUADRAMENTO E PROBLEMA	5
PARQUE NATURAL DE MONTESINHO	14
Enquadramento legal e objectivos	14
Caracterização geral	17
Turismo no Parque Natural de Montesinho	19
ESPAÇO PÚBLICO	24
Ambiente Natural e Comportamento	24
Parque Natural como Espaço Público	34
IDENTIDADE LOCAL	47
Ligação ao Lugar e Identidade	47
Conceito de Identidade Local	50
Teoria do Processo Identitário	53
Parque Natural e Identidade	57
HIPÓTESES	59
MÉTODO	60
Sujeitos	60
Instrumentos	62
Aplicação dos Questionários	65
RESULTADOS	67
Questionário a Visitantes	67
Questionário a Residentes	85
DISCUSSÃO	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS	

## RESUMO

A crescente dimensão que o turismo em áreas naturais protegidas tem registado coloca algumas questões sobre o impacto desta actividade quer nos próprios visitantes deste tipo de destino turístico quer nos habitantes de áreas com esta classificação.

Este trabalho tem como objectivos estudar, seguindo a teoria do espaço público de Carr, Francis, Rivlin e Stone (1992), as diferentes dimensões - necessidades, direitos e significados, de que se reveste a actividade dos visitantes do Parque Natural de Montesinho, e perceber de que modo se relacionam com as expectativas e satisfação da visita ao parque natural; estudar de acordo com a teoria do processo identitário (Breakwell, 1986, 1992), o contributo para a identidade dos residentes do facto de viver numa área protegida e com uma afluência turística crescente; estudar as percepções recíprocas entre os visitantes e residentes do parque natural.

Para a realização do estudo foram elaborados dois questionários, um aplicado a 48 visitantes e outro a 18 residentes do parque natural.

Os resultados revelam uma avaliação positiva da estadia no parque, por parte dos visitantes, a qual está associada essencialmente à satisfação das necessidades de conforto e relaxamento e à facilidade deslocação no interior do parque. Estes dados relacionam-se com as motivações predominantes da visita ao parque, nomeadamente o contacto com a natureza e o sossego, sendo este o padrão motivacional habitualmente observado no turismo em ambientes naturais.

A identidade dos residentes com o parque natural, sendo menor que a identidade com a aldeia de residência, regista, no entanto, a saliência de dimensões da relação com o lugar semelhantes às salientes na identidade com a aldeia, a saber uma auto-estima e distintividade positivas, bem como um forte sentimento de pertença.

Os visitantes do parque natural, não se sentindo limitados pelos residentes nas suas actividades, fazem uma avaliação do contacto estabelecido bastante positiva, a qual regista uma reciprocidade por parte dos residentes.

A partir dos resultados desta investigação, procurar-se-á fazer uma análise e discussão ao nível das hipóteses e dos objectivos definidos para este estudo.

## ENQUADRAMENTO E PROBLEMA

A rápida expansão do Turismo, essencialmente desde os anos 50, tornou-o uma importante actividade humana na forma como as pessoas ocupam o seu tempo livre e consequentemente um elemento importante da economia de muitos países.

De privilégio de alguns, o turismo evoluiu tornando-se numa indústria que pretende responder à procura de novos espaços, novas experiências e descobertas. De vinte e cinco milhões de visitas internacionais em 1950 para 183 milhões em 1970 e 286 milhões em 1980, o turismo tornou-se numa indústria de massas a que nenhuma economia pode ficar indiferente (Murphy, 1987; PNUA, 1982; UNEP, 1992; Bequette, 1994)). Entre os anos 70 e os anos 90 o turismo cresceu cerca de duzentos e cinquenta por cento, atingindo os 425 milhões de viagens internacionais em 1990, encontrando-se os valores do turismo doméstico cerca de dez vezes acima deste valor (UNEP, 1992; Hanneberg, 1994).

No início da década de 90 a indústria turística movimentava cerca de três mil e cem bilhões de dólares, valor correspondente a seis por cento do PNB mundial, investia sete por cento do investimento global e empregava 130 milhões de pessoas (UNEP, 1992; Hanneberg, 1994). Estes valores fazem do turismo provavelmente a maior indústria do mundo.

O motivo desta expansão reside essencialmente no desenvolvimento das áreas urbanas, maior rendimento económico, mais tempo de lazer, aumento da mobilidade devido a novos meios de comunicação e maior conhecimento e informação sobre diferentes destinos (UNEP, 1992; Guerra, 1989).

No início do seu desenvolvimento, o turismo “era encarado como uma indústria de recursos renováveis, com visitantes que apenas admiravam (não consumiam) a

paisagem e monumentos de uma área de destino” (Murphy, 1987, p.1). No entanto, a forte expansão do turismo tem tido resultados que mostram bem o contrário, e que podem explicar o crescimento acelerado do turismo em determinadas áreas seguido de um declínio acentuado (Butler, 1991).

Desde a poluição provocada pelos meios de transporte aéreo e terrestre, à contaminação das águas e solos, produção de resíduos e desequilíbrios ecológicos e da paisagem urbana, o impacto do turismo tem sido considerável sobretudo nas áreas mais procuradas e que registam maior ocupação (UNEP, 1992). O turismo pode contribuir também para o afastamento dos residentes das áreas mais procuradas pelos turistas, modificações do estilo de vida, alterações culturais como a perda ou a descaracterização de hábitos festivos ou religiosos (PNUA, 1982).

Em muitas situações, a par dos efeitos negativos registam-se benefícios consideráveis. O turismo pode provocar o reaparecimento de ofícios tradicionais perdidos, a protecção de monumentos e locais históricos ou culturais bem como de áreas naturais, a criação de postos de trabalho e maior rendimento económico. Em termos sociais, o turismo tem tido também diversas consequências, nomeadamente o contacto e aproximação entre diversas etnias, religiões e culturas, ou um desenvolvimento local facilitador da fixação das populações locais (PNUA, 1982).

Com efeito, os impactos ao nível da paisagem e património, quer natural quer arquitectónico e cultural, são evidentes. Também a forma como as próprias populações são afectadas não pode ser esquecida, dadas as consequências no tipo de actividades que desenvolvem bem como nos valores e modos de vida. Todos estes resultados colocam importantes questões à forma como o turismo, qualquer que seja, é gerido e planeado.

Paralelamente ao crescimento acentuado, o turismo tem também evoluído nas suas formas (UNEP, 1992). Consistindo essencialmente, nas décadas de sessenta e setenta, num turismo de massas concentrado no litoral e ocupando as praias, o turismo tem-se diversificado. A par da diversificação de destinos, o turismo tem evoluído também no sentido de maior qualidade, com os turistas a procurar desenvolver actividades de recreio, maior conhecimento das culturas locais e o desenvolvimento de interesses específicos. Entre estes domínios específicos encontra-se o interesse pelo ambiente natural, que fez nascer novas formas de turismo, designadas por turismo de natureza e ecoturismo.

O turismo de natureza consiste na visita de áreas que se revestem de beleza e interesse natural, mas pode constituir uma ameaça a esses mesmos locais, dado o impacto negativo que o pode caracterizar, pois os seus efeitos podem comprometer a sustentabilidade do local. O ecoturismo caracteriza-se por viagens ou percursos que promovem a conservação da natureza, dado que têm como objectivo a ausência de efeitos nefastos sobre o ambiente e, por outro lado, incentivam o desenvolvimento local, dado que se baseiam nos recursos próprios da área (Hanneberg, 1994).

Embora o turismo baseado na natureza represente apenas sete por cento do total do turismo, tem-se assistido nos últimos anos, em todo o mundo, e na Europa em particular, a um crescimento e desenvolvimento deste tipo de actividade turística (Hanneberg, 1994).

Portugal não é excepção, e também aqui o interesse pelas actividades de turismo de natureza tem crescido consideravelmente (Sirgado, 1993).

“Na globalidade, o país apresenta um mosaico de contrastes locais e regionais de captação e incidências turísticas...” (Sirgado, 1993, p. 28). As áreas onde o turismo baseado na natureza apresenta maior relevância são a Serra da Estrela, Cavado,

Minho-Lima, Trás-os-Montes e Alentejo (Sirgado, 1993). No entanto, apesar das potencialidades que possuem para o desenvolvimento deste tipo de turismo, nomeadamente a atractividade das áreas naturais e as características culturais destas regiões, reconhece-se que o sector ainda carece de articulação e enquadramento.

Tal como revelou um estudo suíço (Moreau, 1989; Sluman, 1985), o local ideal de férias parece ser, para um grande número de viajantes, uma área ligeiramente montanhosa, com vegetação abundante, cerca de um rio ou um curso de água, com infra-estruturas adequadas e uma oferta de actividades diversas.

Os parques naturais parecem responder plenamente a este desejo, sendo um local por excelência para a realização dos diversos tipos de actividades que caracterizam o turismo baseado na natureza, nomeadamente o montanhismo, a interpretação e o contacto com o património natural e cultural, o turismo em espaço rural ou outras.

Com efeito, observa-se, um pouco por todo o mundo, uma crescente procura das áreas protegidas que começam a ser sujeitas a uma pressão turística considerável (Buckley, 1991; Guerra, 1989; Leitão, 1988). Esta procura deve-se ao facto das áreas protegidas responderem às novas necessidades de recreio, tranquilidade, novos conhecimentos e contacto com a natureza.

Sendo os parques naturais áreas protegidas, cujos objectivos fundamentais, de acordo com o Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho, são a conservação da natureza, protecção da paisagem, promoção das populações locais e recreio, toda a variedade de actividades turísticas tem naturalmente impactos que não podem ser esquecidos na forma como uma área deste tipo é gerida.

Têm sido identificadas diversas alterações nas áreas naturais que podem ser atribuídas ao impacto da procura turística. Entre as mais significativas encontram-se as alterações ambientais de erosão de áreas particularmente sensíveis, poluição das

águas, incêndios, ruído, perturbações visuais, alteração de habitats, ou ocupação excessiva do solo (Moreau, 1989; Buckley, 1991; Sluman, 1985; Jacobson e Robles, 1992). Este conjunto de impactos deve-se essencialmente às actividades de transporte, acomodação e recreio dos turistas (Buckley, 1991).

Como resultado do turismo baseado na natureza registam-se ainda determinados efeitos sociais. Incluem-se nesta categoria a danificação de locais arqueológicos, o desrespeito e deterioração das actividades culturais ou religiosas, o desaparecimento de actividades tradicionais e dos hábitos característicos das populações locais (Buckley, 1991; Jacobson e Robles, 1992). Habitualmente o turismo envolve o contacto entre residentes e visitantes, o que normalmente consiste num confrontar de grupos sociais bastante diferentes, essencialmente ao nível do estatuto social, hábitos e normas culturais. Este é um factor que, embora pouco estudado, pode conduzir a uma descaracterização dos modos de vida e tradições.

No entanto, a procura turística de áreas naturais tem também contribuído para a própria preservação e conservação dessas áreas, pois muitas foram aquelas que viram reconhecido e protegido o seu estatuto de zona com interesse especial dada a procura crescente que registavam. Com efeito, é na própria diferença e especificidade de uma área protegida que reside o seu interesse turístico (Leitão, 1988).

Além disso, o turismo pode trazer benefícios económicos para os residentes, quando dele resulta um desenvolvimento local baseado nas actividades tradicionais e interesses locais (Jacobson e Robles, 1992). Mais ainda, o reconhecimento do valor e interesse por parte dos visitantes em relação às características culturais e naturais da área contribuem para o reconhecimento por parte dos locais da herança que possuem (Sluman, 1986; PNUA, 1982). Esta tomada de consciência poderá ter efeitos ao nível da identidade das populações locais e, deste modo contribuir, em última instância,

para a própria conservação da natureza e preservação de hábitos e tradições. No entanto, esta integração pela população residente do valor cultural que outros lhe atribuem não tem constituído um objecto de estudo aprofundado.

Um resultado mais global é aquele que resulta das actividades de educação, interpretação e informação ambiental, e que se caracteriza por um desenvolvimento de atitudes favoráveis à protecção da natureza e educação dos diversos intervenientes (Jacobson e Robles, 1992).

Diversos estudos sobre os motivos de visita de uma área natural têm revelado que uma das características importantes deste tipo de destino é o seu estado de menor desenvolvimento (Buckley, 1991; Jacobson e Robles, 1992). Outros factores de decisão da visita incluem a história natural, actividades de interpretação e observação da natureza, nomeadamente a fauna local (Jacobson e Robles, 1992).

Algumas das motivações turísticas contemporâneas encontram nas áreas naturais o cenário ideal para a sua satisfação. Dentre elas destacam-se a fuga ao stress quotidiano característico da vida urbana, desenvolvimento de novos contactos sociais, a valorização individual através do alargamento de experiências e conhecimentos de outros espaços e culturas, o prazer da descoberta e aventura (Sirgado, 1993).

Quando as pessoas visitam um parque natural fazem-no com determinados objectivos e para responder a necessidades pessoais específicas. Estão, no entanto, a visitar uma área que tem características tais que conferem limites e contornos próprios às actividades nela desenvolvidas. O resultado do balanço entre estes dois pontos tem consequências quer nos visitantes, ao nível da satisfação das necessidades, conhecimentos ou valores, quer no próprio parque natural, ao nível da gestão e dos impactos físicos ou psicossociais. É por isso muito importante conhecer as motivações do turismo que procura as áreas naturais, de modo a que se possa encontrar uma

adequação entre as suas expectativas e a gestão da área, numa perspectiva de conciliação com os objectivos primordiais da área protegida. No caso de Portugal não são conhecidos estudos que se tenham debruçado sobre as motivações subjacentes ao turismo em áreas protegidas, e das suas implicações quer para a gestão da própria actividade turística quer nos potenciais impactos físicos e sociais.

A presente investigação desenvolve-se no Parque Natural de Montesinho, em Trás-os-Montes. Este parque natural, com uma superfície de cerca de 74500 ha e 9500 habitantes, é uma das maiores áreas protegidas de Portugal.

Também aqui se tem assistido, nos últimos anos, a um aumento significativo de visitantes, o que naturalmente tem implicações para os residentes deste parque, cujos modos de vida são parte integrante e característica importante desta área protegida. A crescente afluência de turistas tem, naturalmente, impactos nas actividades e ocupações, percepção do meio onde vivem e ritmo de vida dos habitantes do Parque Natural de Montesinho.

As características humanas e físicas deste parque natural e a forma como a actividade turística se desenvolve deverá ter impactos no ambiente físico e social que caracteriza esta área, mas também tem consequências nos visitantes, nomeadamente na forma como percebem a sua estadia e os seus resultados em termos de resposta a necessidades, objectivos atingidos e desenvolvimento de relações quer sociais quer com o espaço natural e construído.

O presente trabalho tem como objectivos:

- estudar as diferentes dimensões de que se reveste a actividade dos visitantes do PNM, nomeadamente as suas necessidades, a forma como desenvolvem a sua permanência e os resultados da estadia. Importa ainda perceber de que modo estes

pontos se relacionam com as expectativas e a satisfação da visita ao parque natural;

- estudar o contributo para a identidade dos residentes do facto de viver numa área protegida e bastante visitada, isto é, de que forma os residentes se percebem como habitantes do parque natural e quais as consequências deste facto para a sua identidade. Importa nomeadamente perceber em que medida o valor do património natural e cultural é apropriado pela identidade da população residente;
- estudar as percepções recíprocas entre os visitantes e residentes do parque natural, ou seja, como é que estes diferentes grupos sociais se percebem mutuamente e que imagens têm uns dos outros.

Antes de iniciar a apresentação do enquadramento teórico desta investigação será feita uma apresentação das características essenciais do PNM e da evolução do turismo que se tem registado neste parque. Isto para que se possa clarificar a adequação da escolha deste parque natural aos objectivos definidos para o presente estudo.

Assumindo que, à semelhança de outros tipos de espaço natural ou urbano procurados por diferentes tipos de utilizadores, um parque natural pode ser abordado e estudado como um espaço público, um dos contornos teóricos deste trabalho assenta na teorização sobre espaço público desenvolvida por Carr et al. (1992). No entanto, crê-se importante fazer de início uma abordagem à questão da relação entre ambiente natural e comportamento humano.

Para o estudo dos efeitos da existência do parque natural, e do desenvolvimento turístico associado, sobre a população residente, será utilizado o conceito de identidade.

Serão então apresentadas as hipóteses relativas quer aos visitantes quer aos residentes do PNM, ao que se seguirá uma descrição da metodologia desenvolvida para o seu estudo.

A partir dos resultados desta investigação, procurar-se-á fazer uma análise e discussão ao nível das hipóteses e dos objectivos definidos para este estudo.

## PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

### Enquadramento Legal e Objectivos

A classificação de áreas protegidas teve início em Portugal com a Lei nº 9/70, de 19 de Junho, com a introdução da noção de parque nacional e reserva, procurando acompanhar a evolução internacional no âmbito da conservação da natureza. Mais tarde, com o Decreto-Lei nº 613/76, de 27 de Julho, este regime é alargado, quer na classificação do tipo de áreas quer nos próprios objectivos da conservação da natureza, que passam a incluir a protecção do valor estético e cultural bem como o planeamento e desenvolvimento, dependendo estes do tipo de área protegida em questão.

O Decreto-Lei nº19/93, de 23 de Janeiro, procede a uma classificação da Rede Nacional de Áreas Protegidas, que passam a ser definidas como de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar. As áreas protegidas de interesse nacional incluem as categorias de Parque nacional, Reserva natural, Parque natural e Monumento natural. De acordo com este dispositivo legal, entende-se por parque natural uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural.

Em Portugal, existem onze parques naturais, alguns de criação muito recente, sendo o PNM actualmente o quarto maior em área abrangida.

O PNM foi criado em 1979 pelo Decreto-Lei nº 355/79, de 30 de Agosto. Os motivos subjacentes à criação deste parque natural consistiram na riqueza natural, paisagística

e cultural do maciço montanhoso Montesinho-Coroa, bem como as potencialidades de recreio e desporto ao ar livre.

Na sequência da identificação destes valores foram definidos como objectivos da criação do parque natural a protecção dos aspectos naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural, renovação da economia local, desenvolvimento das actividades artesanais, para além da promoção do repouso e recreio ao ar livre.

Já em 1997, através do Decreto Regulamentar nº 5-A/97, de 4 de Abril, e na sequência do Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro que cria o novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais, o PNM é reclassificado.

Os objectivos específicos atribuídos a este parque natural são resultado do reconhecimento dos valores que possui em termos de conservação da natureza.

Com efeito, a alternância de áreas relativamente humanizadas com espaços de elevada naturalidade e complexidade e o padrão de utilização do solo, associados às variações geomorfológicas e climáticas e ao seu posicionamento geográfico criaram condições para que este parque natural possua, a nível nacional, um dos índices mais elevados de diversidade biológica.

Como se desenvolverá mais adiante, no PNM encontram-se populações e comunidades animais representativas da fauna ibérica e europeia ainda em relativa abundância e estabilidade, incluindo muitas das espécies ameaçadas da fauna portuguesa, bem como uma vegetação natural de grande importância a nível nacional e mesmo mundial. Além disso, a reduzida pressão humana verificada em quase todo o seu território permite que grande parte dos processos ecológicos evoluam em padrões muito próximos dos naturais.

Os objectivos gerais do PNM são a salvaguarda do património cultural, natural e paisagístico do maciço montanhoso de Montesinho – Coroa, conciliando políticas de conservação da natureza com modelos de desenvolvimento sustentado.

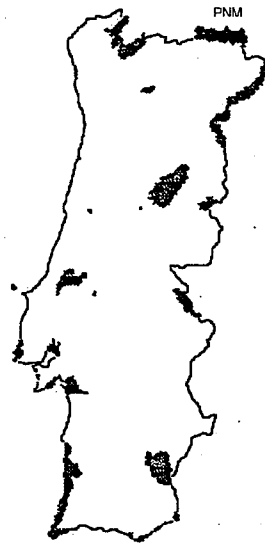
Os objectivos específicos deste parque natural são:

- preservar as espécies animais e vegetais e os *habitats* naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;
- preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;
- preservar ou recuperar os *habitats* da fauna migratória;
- preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;
- preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactos negativos que possam resultar directa ou indirectamente de actividades humanas;
- promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;
- instituir a participação e o envolvimento activo da população local na prossecução dos objectivos do Parque Natural;
- valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;
- criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspectiva de sensibilização e educação ambiental.

### Caracterização Geral

O PNM fica situado no extremo nordeste de Portugal, em plena Terra Fria transmontana, fazendo fronteira com a Espanha, e englobando as serras de Montesinho e da Coroa. Caracterizado por um tipo de ecossistema Zona de Montanha, situa-se no distrito de Bragança, abarcando parte dos concelhos de Bragança e Vinhais (Anexo A).

#### **Mapa 1**– *Localização do PNM na Rede Nacional de Áreas Protegidas*



Com uma superfície de 74618ha, a área do PNM é denominadamente xistosa, caracterizando-se no respeitante ao relevo por uma sucessão de formas arredondadas separadas por vales de rios profundamente encaixados. A vegetação típica é constituída por matas de carvalhos (*Quercus pyrenaica*, Willd.) e castanheiros

(*Castanea sativa*) alternando com lameiros, prados naturais de composição florística variada e campos de cultura (ICN, s.d.).

São referenciados para a área 70% das espécies de mamíferos terrestres ocorrentes em Portugal, apresentando cerca de 10% destas espécies estatuto ameaçado, como o lobo ou a águia real. Encontram-se presentes 50% dos endemismos ibéricos de répteis e anfíbios existentes em Portugal continental. Dentre as espécies mais características destacam-se o lobo (*Canis Lupus*), o javali (*Sus scrofa*), a lontra (*Lutra lutra*), a águia real (*Aquila chrysaetos*) e a perdiz-cinzenta (*Perdix perdix*).

Com uma população actual de cerca de 9500 pessoas e uma densidade populacional de 12,7 hab/Km, o PNM viu, entre 1981 e 1991 a sua população reduzir em cerca de 25%. A população residente na área do parque distribui-se por 88 aldeias de arquitectura característica, destacando-se habitualmente as povoações de Rio de Onor, Moimenta e Montesinho, dedicando-se fundamentalmente à agricultura, traduzida no cultivo do trigo e do centeio, da batata e da vinha, na horticultura, que ocupa os solos mais férteis junto dos vales, e nos prados de lima e baldios comunitários que suportam a pecuária. De facto, as actividades económicas dominantes são a agricultura e a pecuária, registando-se como actividades artesanais o fabrico de pão, fumeiro, mel, tecelagem, rendas e bordados, cestaria e olaria (ICN, s.d.).

Possuindo um rico património socio-cultural, é ainda possível registar no PNM uma diversidade de práticas quotidianas com origem em hábitos e costumes ancestrais, embora já marcadas pela influência da mobilidade das populações e por inovações tecnológicas. As festas tradicionais são um exemplo disso, mantendo a ligação entre aldeias e proporcionando o reencontro de famílias e amigos, que grande parte das vezes se encontram fora e regressam nestas temporadas. Estas festas são sempre acompanhadas pela música tradicional onde se destacam as sonoridades celtas da gaita

de foles. As antiquíssimas “Festas dos Rapazes”, rituais de iniciação, têm um cariz especial e único, realizando-se principalmente na zona da Lombada por altura do Natal e dos Reis e segundo o costume de cada aldeia.

É de realçar também a arquitectura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, como por exemplo o xisto ou o granito, resulta de milhares de anos de aperfeiçoamento e constitui um sinal notório da adaptação do Homem ao meio ambiente. A arquitectura popular própria da área do PNM apresenta ainda alguns aspectos exclusivamente funcionais dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo (Guerra, s.d.).

Os factores mais críticos para a prossecução dos objectivos do Parque são o abandono de áreas agrícolas e pastoris, com a consequente degradação dos sistemas de regadio e avanço dos matos, o decréscimo populacional e envelhecimento da população, o risco de incêndios florestais e a plantação extensiva de coníferas exóticas. Estes condicionalismos dificultam a gestão do Parque no sentido de conseguir implementar e promover as acções necessárias para que o Parque mantenha as características que estiveram na origem da sua criação (Guerra, s.d.; ICN, s.d.).

#### Turismo no Parque Natural de Montesinho

No respeitante à questão do turismo, têm sido implementadas diversas acções relacionadas com os objectivos específicos do PNM relativos à valorização das manifestações culturais e ao desenvolvimento do recreio e lazer numa perspectiva de educação ambiental, numa óptica de desenvolvimento sustentado que permita conciliar a conservação do património natural com a valorização das manifestações humanas.

Com efeito, na zona do parque existem já uma série de infra-estruturas para alojamento, nomeadamente dois parques de campismo, cerca de doze abrigos de montanha e um número aproximado de alojamentos em casas particulares nas aldeias. Para apoio às actividades de recreio, encontram-se dispersos pela área do parque alguns parques de merendas, praias fluviais e um centro hípico. Em algumas aldeias foram criados museus rurais, que proporcionam a preservação da cultura popular e a sua valorização.

O próprio património arquitectónico, quer particular quer comunitário, tem sido objecto de intensa recuperação, por vezes para uma utilização já diferente da inicial e para dar prossecução aos objectivos de desenvolvimento para a área do parque. Encontram-se assim edificações recuperadas como museus rurais, centros de convívio ou abrigos e futuros centros de interpretação e informação a visitantes.

Para além do já referido, a zona do parque apresenta a possibilidade de, além da visita às aldeias com uma arquitectura e modos de vida próprios, a observação de algum património religioso ou arqueológico, o contacto com o património natural diverso e extenso a toda a área. O conhecimento e contacto com a natureza própria do PNM pode ser efectuado na realização de percursos pedestres, de bicicleta ou automóvel, além de actividades como a observação de aves e outra fauna, ou outras já referidas como os passeios a cavalo.

Dado que não existe um sistema instituído de registo das visitas ao PNM, não é possível obter dados rigorosos sobre o turismo no parque. No entanto, os registos efectuados, nomeadamente pelos serviços do PNM, apontam para um crescimento, nos últimos anos, do turismo nesta área protegida.

De acordo com os dados disponíveis, e que dizem respeito aos utilizadores dos abrigos de montanha dos serviços do parque, às visitas em grupo e aos visitantes

individuais que procuram informação sobre o parque, o número de visitantes aumentou de 4790 em 1994 para 6080 em 1998. O número mais elevado registado foi no ano de 1996, com 7830, devido sobretudo à grande afluência de visitantes individuais e em grupo. A diferença para o ano de 1998 deve-se sobretudo ao menor número de visitas em grupo realizado neste ano (Quadro 1).

**Quadro 1 – Número de Visitantes do Parque Natural de Montesinho**

Mês	Visitantes Individuais					Utilizadores dos Abrigos					Visitantes em Grupo					TOTAL DE VISITANTES				
	1994	1995	1996	1997	1998	1994	1995	1996	1997	1998	1994	1995	1996	1997	1998	1994	1995	1996	1997	1998
Jan	10	2	18	21	34	60	110	80	93	91	0	0	66	25	179	70	112	164	139	304
Fev	15	19	88	61	73	132	120	79	104	164	22	70	64	780	270	169	209	231	945	507
Mar	18	20	50	108	103	203	144	142	146	216	370	100	1058	537	242	591	264	1250	791	561
Abr	34	78	204	138	97	191	265	147	154	204	427	450	538	585	150	652	793	889	877	451
Mai	34	37	53	124	107	85	104	130	154	162	492	300	1496	560	330	611	441	1679	838	599
Jun	26	56	164	196	114	176	169	180	163	143	462	500	782	205	51	664	725	1126	564	308
Jul	104	76	245	330	180	215	130	63	232	105	313	85	332	40	0	632	291	640	602	285
Ago	162	243	731	1174	1057	220	210	116	210	178	0	0	0	0	20	382	453	847	1384	1255
Set	108	158	177	405	437	117	152	125	132	98	100	0	0	220	40	325	310	302	757	575
Out	20	14	72	104	144	75	123	118	122	154	47	305	75	45	46	142	442	265	271	344
Nov	17	11	51	52	137	112	150	157	142	171	106	238	50	0	160	235	399	258	194	468
Dez	28	2	46	34	29	169	166	118	169	244	120	280	15	0	150	317	448	179	203	423
TOT	576	716	1899	2747	2512	1755	1843	1455	1821	1930	2459	2328	4476	2997	1638	4790	4887	7830	7565	6080

Em relação aos visitantes individuais, a informação recolhida aponta para um valor de cerca de cinquenta por cento de visitantes de nacionalidade portuguesa, que se tem mantido relativamente constante desde 1994, à excepção de 1995 em que o valor sobe para setenta e quatro por cento. Os restantes visitantes pertencem a países europeus, observando-se um decréscimo da percentagem de visitantes ingleses e um aumento de visitantes holandeses.

**Quadro 2 – País de Origem dos Visitantes Individuais**

<b>País de Origem</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Portugal	50%	74%	50%	54%	49%
Alemanha	5%	5%	10%	5%	8%
Espanha	9%	2%	8%	8%	8%
Grã-Bretanha	13%	6%	4%	5%	2%
Holanda	7%	4%	13%	13%	19%
França	8%	3%	6%	9%	7%
Outro	8%	6%	9%	6%	8%

A média de idades dos visitantes individuais, tem-se mantido constante ao longo dos anos, situando-se actualmente nos trinta e seis anos. Com uma formação académica maioritariamente universitária, a estadia média deste tipo de visitantes tem-se mantido nos três dias.

**Quadro 3 – Formação Académica dos Visitantes Individuais**

<b>Habilitações</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Ensino Primário	3%	1%	2%	1%
Ens.Prep./Secund.	18%	14%	16%	10%
Form. Profissional	14%	15%	21%	19%
Form. Universit.	65%	70%	61%	70%

**Quadro 4 – Média de Idades e estadia dos Visitantes Individuais**

	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
<b>Média de Idades</b>	30	35	36	36
<b>Estadia Média (em dias)</b>	3	3	3	3

A escolha do PNM como contexto e objecto da presente investigação assenta em diversos motivos.

O desenvolvimento turístico que se tem registado, atingindo já uma dimensão considerável, justifica plenamente um estudo aprofundado sobre os seus efeitos e impactos físicos e sociais.

Importa, nomeadamente, perceber como a visita ao parque é percebida pelos visitantes, quer a nível de expectativas prévias, do decorrer da estadia e dos seus resultados. Além disso, e dado que este é um parque natural com uma população essencialmente rural, o estudo deverá permitir identificar alguns dos efeitos e percepções recíprocas do grupo dos visitantes e do grupo dos residentes.

Por outro lado, os objectivos definidos para o parque, e a gestão a eles associada, residem essencialmente num desenvolvimento assente no património natural e cultural da área do parque, donde se deverão já registar consequências significativas para a vida dos residentes. Torna-se assim importante perceber como os cerca de vinte anos de história do PNM terão sido integrados ao nível da identidade da sua população.

## ESPAÇO PÚBLICO

### Ambiente Natural e Comportamento

#### Ambiente Natural

A concepção de natureza mais consensual e extensivamente divulgada é aquela que define os ambientes naturais por aquilo que não são, isto é, como ambientes que não são um produto da intervenção do Homem, apresentando assim poucos sinais do impacto da actividade humana (Bell, Greene, Fisher & Baum, 1996; McAndrew, 1993; Mausner, 1996). No entanto, mesmo para Wohlwill (1983), autor que apresenta também esta concepção, ela está longe de ser perfeita dado que não abarca a numerosa quantidade de casos que se encontram no limite deste conceito, tais com um parque urbano, um campo de cultivo ou um lago artificial.

Reconhece-se, hoje em dia, que quase já não é possível encontrar áreas naturais totalmente livres da acção humana, sendo uma área deste tipo aquela que habitualmente é referida como uma área selvagem (Stringer, 1975). De qualquer forma, a categoria natural emerge muitas vezes como importante na distinção entre diferentes ambientes.

Reconhecendo que, embora tendo uma extrema importância nos processos de percepção, atitudes ou emoções, e estando muitas vezes subjacente às suas manifestações, o conceito de natureza e a relação entre o homem e o ambiente natural não está na linha da frente da investigação no campo da psicologia ambiental, Wohlwill (1983) desenvolve uma tentativa de contribuir para uma clarificação das propriedades da natureza que podem estar na base das respostas diferenciadas entre ambientes tidos como naturais e não naturais.

A sua concepção põe ênfase nas propriedades específicas dos estímulos ambientais e nas consequências cognitivas das variações nas qualidades dos estímulos. Partindo da noção de que o processo de aprendizagem perceptual se baseia na diferenciação da informação contida num *input* perceptual e de que o indivíduo é sensível a esta informação, o autor parte para uma análise dos estímulos através dos quais os ambientes naturais se podem diferenciar dos construídos pelo homem.

Em relação às características da textura e da forma, Wohlwill (1983) refere que os atributos do ambiente natural são as linhas irregulares e curvilíneas, as formas mais suaves e arredondadas, maior gradação de forma e cor e texturas irregulares, atributos estes que implicam uma dimensão de diversidade. Para esta dimensão de complexidade contribuem também as modalidades de informação não visual, como a olfactiva e a auditiva, e o aspecto dinâmico, sendo os ambientes naturais geralmente caracterizados por movimentos mais suaves e menos fortes. Os ambientes naturais são, de um modo geral, mais mutáveis e contêm objectos inanimados móveis tais como a água ou as nuvens.

Considerando esta caracterização bastante especulativa, mas útil como ponto de partida para estudos posteriores que testem a sua validade, o autor apresenta pontos de vista alternativos mas não incompatíveis acerca da identificação dos aspectos distintivos dos ambientes naturais.

Um dos aspectos salientes é a noção de natureza como uma manifestação de processos de crescimento e mudança contínuos, podendo estas características dos organismos vivos ser uma explicação para o valor atribuído aos ambientes naturais.

Outra das características bastante valorizadas na natureza é a possibilidade de refúgio e escape do ritmo de vida quotidiana, não se caracterizando pelo *feedback* próprio das

interacções humanas, e propiciando sentimentos de liberdade e comunhão com a natureza.

A natureza pode ainda ser considerada como um símbolo de valores individuais ou culturais, não estando os significados a ela atribuídos dissociados totalmente do resultado do funcionamento cognitivo associado aos atributos dos ambientes naturais.

### Comportamento Humano e Ambiente Natural

R. Kaplan e S. Kaplan (1978, cit. in McAndrew, 1993; Kaplan & Kaplan, 1989) defendem que a motivação para procurar um contacto com a natureza é muito forte. No entanto, esta motivação não tem sido uniforme, dado que é possível encontrar, ao longo da história, diferentes manifestações das preferências ambientais, atitudes e valores face à natureza (McAndrew, 1993; Bell et al., 1996).

A explicação para a importância da orientação para a natureza pode ser de dois tipos antagónicos (Knopf, 1983, 1987). Uma corrente defende que a natureza é essencial ao homem e que o encontro com a natureza pode ser bastante satisfatório, enquanto outra afirma que esta motivação resulta de uma aprendizagem.

Diferentes evidências são apresentadas a favor da ideia de que a natureza é essencial ao homem dado que constitui o cenário da sua evolução como espécie, tais como a preferência e melhor funcionamento em ambientes com características semelhantes às dos cenários da evolução da espécie (Kaplan & Kaplan, 1989; Wilson, 1984 cit. in McAndrew, 1993). Neste contexto fazem perfeito sentido as preferências geralmente encontradas pela água, vegetação e luz, elementos essenciais à sobrevivência. Appleton (1975, cit. in McAndrew, 1993) propôs duas características de um habitat simultaneamente adaptativas e atractivas: refúgio e antecipação. O refúgio diz respeito a um local seguro para a protecção das ameaças e perigos, e a antecipação significa

possuir uma visão clara e ampla da paisagem. O autor reconhece que ambas caracterizam o ambiente de savana, contexto de aparecimento e desenvolvimento da espécie humana.

Outros argumentos surgem a favor da posição que defende que o nosso comportamento face à natureza resulta de uma aprendizagem individual e de pressões culturais. Com efeito, podem observar-se diferenças enormes na valorização do ambiente natural em pessoas com diferentes contextos culturais ou experiências de vida (Knopf, 1983, 1987).

Knopf (1987) resolve o problema, afirmando que ambas as posições parecem poder explicar em parte as preferências e motivações ambientais, e que a resposta não pode ser encontrada apenas num dos pontos de vista.

#### Modelo de preferências ambientais.

Argumentando que a natureza é uma necessidade intrínseca e que as nossas preferências se desenvolveram devido à sua importância para a sobrevivência da espécie, Kaplan & Kaplan (1978, cit. in McAndrew, 1993; Kaplan & Kaplan, 1989) defendem que determinadas características dos ambientes naturais são determinantes das preferências ambientais.

Para apresentar o seu modelo de preferências ambientais, os autores partem do pressuposto de que as pessoas preferem ambientes nos quais as suas capacidades de tratamento da informação sejam estimuladas e nos quais este processo seja eficaz. Defendendo a ideia de que os indivíduos necessitam que o ambiente faça sentido e que seja compreensível de acordo com mapas já aprendidos, bem como que o ambiente não seja demasiado simples e que permita expandir os horizontes, o modelo apresenta quatro factores numa matriz de preferências organizados de acordo com

dois domínios, duas categorias de necessidades e grau de antecipação ou inferência (Kaplan & Kaplan, 1983, 1989; Kaplan, Kaplan & Ryan, 1998).

Sendo os dois tipos de necessidades a compreensão e exploração, os dois graus de inferência são um imediato, ou de duas dimensões e resultado de uma avaliação directa, e outro inferido, ou de três dimensões e que diz respeito ao futuro.

Os quatro factores daqui resultantes são a coerência, a complexidade, a legibilidade e o mistério. A coerência refere-se ao grau de organização de um cenário, à medida em que é fácil estruturar os elementos em poucas unidades identificáveis, podendo a redundância e a percepção como um todo ser facilitada pela repetição de elementos. A complexidade diz respeito à riqueza e variedade de elementos. Legibilidade é o grau em que o ambiente pode ser explorado extensivamente sem nos perdermos, contribuindo para ela a abertura e a distintividade dos elementos, e o mistério está presente quando existe informação parcial que deixa antever informação escondida que pode ser descoberta através da exploração.

A coerência e complexidade, inseridas no plano duas dimensões, envolvem a percepção do número, agrupamento e localização dos elementos no contexto, enquanto que a legibilidade e o mistério estão associadas à percepção das três dimensões.

Por outro lado, a coerência e legibilidade, determinando o sentido dado ao ambiente, relacionam-se com a compreensão do ambiente, enquanto que a complexidade e mistério estão associados à possibilidade exploração do ambiente.

Os autores (Kaplan, Kaplan & Ryan, 1998) referem ainda que, para além da informação em si, a relação do homem com o ambiente está relacionada com os custos psicológicos da informação e a partilha de informação.

Os custos psicológicos da gestão da informação ou fadiga mental decorrem da capacidade limitada de dirigir e focar a atenção, que pode ser recuperada em determinados ambientes, como os que propiciam uma oportunidade para sair do lugar que provoca a fadiga, o fascínio ou a compatibilidade entre as características do ambiente e as motivações dos indivíduos. A partilha de informação é influenciada pelo impacto das diferentes experiências individuais na organização dos mapas mentais.

#### Lazer e ambiente natural.

O recreio ou lazer pode ser definido como um comportamento não-trabalho, durante o tempo livre (Mercer, 1976), que implica uma interação temporária, de livre escolha e intrinsecamente satisfatório (McAndrew, 1993).

Sendo algo mais complexo do que estar num ambiente natural nas horas vagas, também aquilo que é considerado lazer num momento, pode para o mesmo indivíduo e noutro momento ser visto como trabalho. A percepção do recreio pode mudar ao longo do tempo e do ciclo de vida dos indivíduos como resultado de diferentes factores tais como os valores e atitudes, características pessoais e percepção dos contextos físicos e sociais (Mercer, 1976).

Segundo Knopf (1983), a investigação sobre os comportamentos de lazer revela-se importante, na medida em que pode fornecer dados sobre a relação entre o homem e o ambiente natural. Dado que os dados parecem sugerir que os indivíduos procuram os ambientes naturais mais pelas funções que estes podem desempenhar do que pelas suas qualidades, torna-se importante identificar que funções são estas bem como as variações que elas manifestam de indivíduo para indivíduo.

Com o iniciar da pesquisa sobre este tema, a partir de meados dos anos sessenta, os investigadores estavam preocupados em identificar as diferentes motivações associadas às diferentes actividades de lazer e é neste quadro que surgem as motivações para o escape, afiliação, realização pessoal ou exploração. Para além de se procurar a estrutura das motivações ligadas a cada actividade, era consensual a ideia de que as pessoas procuravam os ambientes naturais para reduzir os níveis de stress, valorizando mais o resultado psicológico da actividade do que a actividade em si.

Já no final dos anos setenta, os resultados não conclusivos acerca da homogeneidade dos perfis de motivação dos praticantes de diferentes actividades, mostram que estes podem ter diferenças que se reflectem nomeadamente na forma de praticar a actividade.

Retomando a ideia de que a relação entre o homem e o ambiente é bastante funcional, e que pode contribuir para a resolução de questões individuais, com a procura em atingir um estado óptimo, o autor (Knopf, 1983) apresenta quatro pistas para analisar essa relação entre os indivíduos e o ambiente natural. São elas o stress, as características pessoais, a socialização e a interpretação do ambiente.

Um dos primeiros resultados notórios da investigação sobre os comportamentos de lazer, diz respeito ao facto das áreas naturais serem fortemente procuradas para redução da tensão, escape ao ruído, à cidade e à sobrecarga do trabalho.

A consideração das características pessoais deve ser enquadrada no facto de que cada situação fornece pistas para a expressão de formas específicas de acção, as quais são mediatizadas pelos traços pessoais. Segundo Mercer (1976), a forma como uma actividade de lazer é percebida depende em parte de condições como a personalidade, experiências passadas ou o trabalho.

Dados provenientes da investigação mostram que variáveis relativas à raça, sexo, experiências de infância, estilos de educação ou atitudes ambientais desempenham um papel importante na escolha e formação das preferências relativas às ocupações de lazer. A fase do ciclo de vida associada a determinados papéis sociais parece ter também importância quer na escolha quer na percepção das actividades de recreio (Mercer, 1976).

Até o local de residência pode ter influência, mostrando os estudos que enquanto os residentes de meios urbanos procuram o lazer ao ar livre e em ambiente natural, os indivíduos provenientes de meios rurais ocupam o tempo de lazer em contextos urbanos e movimentados ( Mercer, 1976). Diferentes estudos têm revelado que os utilizadores de parques nacionais e outras áreas protegidas, embora sendo de todo o tipo, são maioritariamente indivíduos com rendimentos altos, com formação universitária e que vivem em áreas urbanas (Bell et al., 1996).

Ainda relativamente à importância da socialização, Knopf refere estudos de Cheek e Burch (1976, cit. in Knopf, 1983) que mostraram que a quase totalidade dos visitantes de parques, praias, lagos e rios o faziam integrados em grupos, e que apenas uma percentagem mínima dos visitantes das áreas naturais o fazem sózinhos (Cheek, Field & Buordge, 1976, cit. in Knopf, 1983). A interpretação do ambiente resulta do contributo das experiências passadas e ao acumular de emoções e significados que os ambientes vão adquirindo, o que pode a que uma área natural seja percebida de diferentes maneiras por diferentes indivíduos. Enquanto que uma área natural selvagem pode ser vista por uns como uma fonte de tranquilidade e inspiração, pode por outros ser percebida como uma ameaça (Bixler & Floyd, 1997).

A valorização dos ambientes naturais pode ser descrita de quatro formas (Knopf, 1987) e pode residir numa ou mais nelas a explicação para a procura dos ambiente

naturais. O ambiente natural é muitas vezes referido como uma fonte de alívio da tensão e um campo para o escape da vida urbana, assim como um campo para a satisfação de necessidades de estimulação e mudança. Diversas vezes os ambientes naturais são procurados para o desenvolvimento de novas capacidades através da participação em diferentes actividades. Ainda para muitas pessoas a natureza simboliza qualidades importantes como a vida, continuidade, espiritualidade e mistério.

### Parque Natural e Comportamento

O estudo das características e motivações dos utilizadores das áreas naturais foi em grande parte influenciado pela procura de respostas para o problema da tensão entre o número crescente de utilizadores e a preservação da qualidade da experiência que constitui o seu objectivo. Este problema assume especial relevância quando se trata de áreas naturais protegidas como os parques naturais, onde a preservação do ambiente está associada essencialmente aos objectivos de conservação da natureza que estão na origem da sua criação e onde o impacto da actividade humana pode ter consequências irreversíveis.

McKenry (1971, cit. in Stringer, 1975) identificou diversos tipos de recursos associados às áreas selvagens e que podem estar na base dos diferentes modos de utilização bem como da pressão para a conservação deste tipo de áreas. Entre eles encontram-se a água, oxigénio, animais, vegetais, minerais, energia, terra, recreio, turismo ou benefícios psicológicos. Estes últimos estão associados a algumas das motivações que levam à grande procura dos parques naturais como local de visita, onde se destacam a procura de redução de tensão, escape da vida urbana, necessidade de mudança ou a exploração da natureza.

Daqui decorre o dilema que se coloca à gestão das áreas naturais, nomeadamente as áreas protegidas. O desafio consiste em maximizar o uso para o lazer de uma determinada área, minimizando o risco para o ambiente protegido, podendo este objectivo ser atingido através de um planeamento, gestão e controlo das actividades turísticas e de lazer (Finney, 1989).

Central a este planeamento e gestão é a determinação da capacidade de carga de lazer de uma área, que consiste no número de pessoas que podem ser servidas, sem que o ambiente seja severamente afectado (Pitt & Zube, 1987). A determinação da capacidade de carga de recreio é fundamental, dado o aumento contínuo de visitantes que se tem registado nas áreas naturais protegidas, e pode dar um contributo precioso para que uma experiência em ambiente natural possa ser satisfatória e corresponder às necessidades e objectivos daqueles que a procuram, nomeadamente o encontro com um ambiente natural, um desenvolvimento reduzido de infra-estruturas e pouco contacto com outros visitantes (Stankey, 1989; Catton, Jr, 1983).

Reconhecendo a importância quer dos residentes locais quer dos visitantes e partindo da ideia de que o seu comportamento é previsível, Machlis (1989) defende uma preparação deste tipo de áreas para acomodar e receber os indivíduos, podendo-se recorrer a uma série de estratégias como a educação para comportamentos adequados e para uma distribuição temporal e espacial ou a prevenção de percepção de presença humana excessiva e atenção às diferentes necessidades dos visitantes.

## Parque Natural como Espaço Público

### Conceito de Espaço Público

Um espaço público pode ser definido como um lugar aberto e acessível publicamente, onde as pessoas desenvolvem actividades individuais ou colectivas (Carr et al., 1992).

A formação destes espaços pode dar-se de duas formas. Existem espaços públicos que se desenvolvem naturalmente; outros são resultado de um planeamento e construção deliberada.

Um espaço natural pode assumir um carácter de espaço público mediante uma utilização repetida ou uma apropriação resultante por exemplo de uma característica que o torna especialmente atraente e distinto. Pode incluir-se neste tipo de espaço uma praia, uma serra, uma montanha ou uma arriba. São este tipo de espaços que por vezes, dadas as suas características distintas, se designam como áreas protegidas, como por exemplo os parques naturais.

Um exemplo de espaços públicos construídos são as praças, passeios ou jardins, distinguindo-se dos primeiros, entre outras coisas, por resultarem de um planeamento, desenho e construção específico e com o objectivo último de serem utilizados pelo homem.

Quer sejam de formação natural quer planeada, os espaços públicos têm habitualmente elementos tais como a água, vegetação ou caminhos, os quais servem de suporte às actividades neles exercidas (Carr et al., 1992).

A formação e a própria evolução dos espaços públicos está intimamente ligada à natureza da vida pública (Carr et al., 1992), a qual tem naturalmente sofrido alterações na sequência da mudança de modos de vida e da organização das sociedades.

As diferentes formas de vida pública dependem de diversos factores tais como factores físicos, culturais, tecnológicos e dos próprios interesses e valores.

Incluem-se nos factores físicos o clima, a topografia e a estrutura física dos espaços, os quais constituem determinados limites às formas de vida pública que se desenvolvem. As diferentes formas de vida social, as funções que podem desempenhar e as formas de vida pública simbólica enquadram-se nos factores culturais que servem de contornos à vida pública. São de referir também o próprio sistema social e político bem como factores económicos que estão na base de diferentes formas de vida pública. O interesse e atracção pelos aspectos naturais do ambiente ou até o interesse pela prática de desporto podem também ser um importante factor de desenvolvimento de novas formas de vida pública.

Tem-se assistido, ao longo do tempo, a uma evolução dos espaços públicos, a qual se faz a par da própria evolução das formas de vida, nomeadamente da vida pública. É neste contexto que têm surgido novos tipos de espaço público, tais como os centros comerciais, os parques urbanos e as áreas naturais protegidas. Apesar do objectivo destes espaços poder não ser exclusivamente a utilização pública, o facto é que esta é uma das suas características essencial que coloca questões próprias à forma como são geridos.

Em relação às áreas protegidas, a sua criação enquadra-se num movimento de preocupação e interesse crescente pelos espaços abertos e naturais (Carr et al., 1992). Este movimento traduz-se e reflecte-se na conservação de ecossistemas, através da criação de áreas protegidas, bem como na introdução ou preservação de elementos naturais nos meio urbanos.

Dada a procura crescente por parte de visitantes, as áreas protegidas são cada vez mais pensadas como espaço público, o que torna a sua vertente de recriação e educação numa das componentes essenciais da gestão das áreas protegidas.

### Dimensões do Espaço Público

A concepção de Carr et al. (1992) assenta numa visão de espaço público com qualidades múltiplas. Em vez de uma concepção de espaço público que resida unicamente nas características físicas do ambiente, os autores apresentam uma concepção baseada na interacção entre os indivíduos e os contextos.

Um espaço público pode então ser analisado pela forma como se desenvolvem as relações entre os indivíduos e o contexto, relações essas que se caracterizam pela interacção entre as características do espaço e dos seus utilizadores.

Os autores apresentam três dimensões que constituem importantes qualidades humanas dos espaços públicos. São elas as necessidades, os direitos e os significados.

Estas três dimensões definem como funções primordiais de um espaço público a contribuição para a satisfação de necessidades dos utilizadores, a definição e protecção dos direitos destes, bem como a transmissão de significados, através da formação de ligações entre o lugar e os indivíduos. (\*)

### Necessidades.

As características de um espaço público desempenham um papel importante na satisfação das necessidades dos indivíduos que o procuram. Estas necessidades podem ser de conforto, descontração, envolvimento passivo e activo com o ambiente e descoberta.

O conforto é uma necessidade básica, pois sem ele torna-se difícil satisfazer outras necessidades. O conforto pode ser físico ou psicológico e social. São importantes

---

(\*) Já anteriormente (Francis, Rivlin, Stone e Carr, 1983), os autores tinham apresentado uma versão das três dimensões do espaço público: objectivos, liberdade e controlo, e associação. Os objectivos identificados são o conforto, descontração, envolvimento passivo e activo e descoberta. A liberdade e controlo referem-se aos direitos de acesso, utilização e acção, apropriação, modificação e posse. A associação diz respeito às relações de um indivíduo, grupo, região ou país com um determinado lugar.

necessidades de conforto físico o acesso à luz solar ou protecção do sol e do vento, assentos confortáveis e suficientes ou o acesso a água e alimentos. O conforto psicológico e social está associado a um sentimento de segurança e protecção de ameaças que um espaço pode proporcionar (Francis, 1987).

A necessidade de descontração consiste numa sensação de repouso decorrente da pausa nas actividades de rotina. Os elementos naturais tais como a água, árvores ou outra vegetação têm uma contribuição muito importante para este sentimento de relaxação.

Esta noção de descontração coincide, de alguma forma, com as qualidades das experiências reconstituintes (Kaplan & Talbot, 1983) proporcionadas por determinado tipo de ambientes, nomeadamente os ambientes naturais ou os lugares preferidos (Korpela & Hartig, 1996). A primeira qualidade referida é a sensação estar distante ou ausente dos contextos menos agradáveis ou da rotina quotidiana. Outra característica importante parece ser o fascínio que tais ambientes criam, definido como o sentimento de atracção sem esforço de atenção. A qualidade de coerência refere-se à experiência de estar num outro mundo com uma consistência entre todos os elementos que o compõem. Por último, os autores enunciam a importância da compatibilidade entre as acções e percepções, entre as características do ambiente, as acções a desempenhar e os objectivos dos indivíduos.

O envolvimento é considerado por Kaplan (1983) como uma necessidade subjacente à procura dos ambientes naturais. Pode consistir num envolvimento contemplativo ou antes em actividades específicas.

O envolvimento passivo relaciona-se com a necessidade de uma relação com o ambiente sem envolver uma acção directa nos contextos. Refere-se ao estar a observar

pessoas, alguma actividade mais formal (arte ou desporto), arte pública ou aspectos naturais do ambiente.

Os cenários naturais, as vistas panorâmicas ou zonas ribeirinhas são consideravelmente procurados podendo desempenhar funções de recuperação, já referidas atrás.

Observa-se frequentemente um contacto directo com as pessoas e o lugar, que decorre de uma necessidade de envolvimento directo com o ambiente e os diversos aspectos que o caracterizam. Os espaços públicos, ao proporcionarem oportunidades para a interacção entre os diferentes utilizadores, podem desempenhar uma função de socialização em diversas fases do ciclo de vida.

O envolvimento activo pode observar-se também na interacção directa entre o indivíduo e elementos físicos do espaço, em actividades de recreio, celebrações ou consumo, como num parque infantil, anfiteatro ou mercado. Um espaço público pode ainda ser palco para a aventura ou desporto com maior ou menor grau estimulação, risco e desafio. São exemplo deste tipo de ambiente os parques de diversões ou as áreas naturais.

A necessidade de descoberta é satisfeita quando um espaço permite a exploração e estimulação a partir de novas experiências. Características como a diversidade de elementos físicos e naturais com que os indivíduos se vão confrontando ao longo da permanência no espaço constituem factores importantes numa experiência agradável (Kaplan, 1983).

As viagens podem contribuir, e são frequentemente realizadas com o objectivo da descoberta. Visitar lugares desconhecidos permite conhecer novas pessoas, diferentes culturas ou características do ambiente natural ou enfrentar novos desafios.

### Direitos.

Os direitos constituem uma segunda dimensão do espaço público e estão ligados à liberdade de utilização do espaço e a um sentimento de controlo desse mesmo espaço.

O equilíbrio entre estes dois factores, liberdade e controlo, depende quer das normas e comportamentos dos indivíduos ou grupos, quer das próprias características e gestão do espaço.

O sucesso de um espaço público depende, em grande parte, do controlo que os seus utilizadores podem fazer da utilização desse mesmo espaço. Quer seja entendido como a possibilidade de definir o uso do espaço, o sentimento de domínio ou a participação na gestão desse mesmo espaço, o controlo pode considerar-se um elemento essencial da qualidade de um espaço público (Francis, 1987; Francis, 1989).

As componentes da liberdade e controlo de um espaço público são o acesso, a liberdade de acção, a apropriação, a mudança e a propriedade. Estas cinco componentes tinham sido já identificadas por Lynch em 1981 (Carr et al., 1992; Francis, 1989) com uma denominação semelhante: presença, utilização e acção, apropriação, modificação e propriedade. Sendo determinantes da capacidade dos indivíduos de influenciar directamente a própria utilização e experiência de um espaço, foram consideradas pelo autor como muito importantes para a definição da qualidade de um espaço público e a satisfação dos seus utilizadores (Francis, 1989).

A possibilidade de acesso a um espaço é uma componente básica, dado que dela depende a realização de todas as outras, e subdivide-se em três sub-componentes: acesso físico, acesso visual e acesso simbólico.

Os limites ao acesso físico dos espaços podem ser instituídos através de regras de utilização que limitam o tempo e a área de utilização, de vedações, portões ou porteiros, pelas próprias características do espaço, como umas escadas que dificultam

o acesso de certos utilizadores, ou mesmo pelo tipo de ligações que estabelece com as áreas adjacentes.

A visibilidade proporciona um sentimento de poder para entrar no espaço e está bastante ligada também à percepção de segurança.

O acesso simbólico é dado por índices, pessoais ou físicos, que comunicam ao utilizador se é ou não desejado no espaço. Lojas, cafés ou vendedores são um sinal evidente do tipo de utilizadores pretendido num espaço, assim como certo tipo de barreiras físicas podem indicar a pertença de um espaço a um grupo específico de pessoas.

A liberdade de acção está ligada à liberdade de realização das actividades desejadas e utilização das diversas componentes do espaço e resulta da possibilidade de desenvolver actividades, não sofrendo interferências ou ameaças. Existem diversos factores que podem contribuir para que os comportamentos de uns possam colidir com os direitos de outros.

A presença de indivíduos ou grupos com interesses e objectivos divergentes pode afectar a liberdade de acção e a possibilidade de realização das actividades pretendidas. Igualmente, a existência ou a falta de regras de utilização do espaço pode dificultar a acção ou estar na base de mal-entendidos acerca da forma como o espaço deve ser utilizado.

As características naturais ou físicas do espaço servem de suporte importante às actividades desenvolvidas pelos utilizadores de um espaço público. Desta forma, a natureza, disposição ou possibilidade de manuseamento são elementos que podem definir os diferentes tipos de oportunidades de acção que um espaço proporciona. A própria dimensão parece interferir na percepção do grau de possibilidade de utilização que um espaço proporciona (Bardwell, 1987), tendendo os espaços naturais urbanos

utilizados para realizar actividades específicas a serem considerados como pequenos demais.

A apropriação de um espaço está directamente associada ao controlo desse mesmo espaço. Ao reclamar a utilização de um determinado espaço, um indivíduo ou grupo está a pretender apropriar-se dele de forma a poder satisfazer uma ou mais necessidades.

Estas necessidades podem ser de descontração, envolvimento passivo ou, por outro lado, de um envolvimento mais activo, como a comunicação com outros indivíduos ou a realização de alguma actividade particular.

A apropriação de um espaço pode contribuir para que, ao permitir realizar as actividades desejadas, os indivíduos ou grupos desenvolvam uma identificação com o espaço. Por outro lado, o controlo espacial conseguido desta forma pode conduzir a restrições na utilização desse espaço por outros. O equilíbrio entre estas duas forças constitui, em grande parte, o objectivo da gestão de um espaço público, que tanto pode promover o controlo do espaço por parte dos indivíduos ou grupos, como instituir limites e regras a essa apropriação.

Um outro direito importante na utilização de um espaço público é o direito de mudança, temporária ou de carácter mais duradouro. Esta pode exercer-se através da possibilidade de introdução de elementos novos no ambiente, para, por exemplo, poder realizar uma actividade desportiva ou de lazer, ou com a alteração de características do espaço, como uma pintura mural.

Uma questão relevante em relação à mudança refere-se aos limites entre o direito de alteração do espaço pelos seus utilizadores e a possibilidade de fazer esse espaço voltar à forma anterior, bem como poder continuar a ter o mesmo tipo de utilização pelos futuros utilizadores.

O direito de propriedade é aquele que serve de base à possibilidade de exercer os restantes direitos. Um espaço pode pertencer a um pequeno grupo ou ao público alargado, os quais podem deter determinado grau de controle sobre esse espaço.

Intimamente ligada ao controlo do espaço está o direito de mudança, dado que quando as pessoas ou grupos se sentem como detentores de um espaço assumem de imediato o seu direito de o alterar de forma a adaptá-lo às suas necessidades, também elas em evolução permanente.

### Significados e Ligações.

O desenvolvimento e evolução de significados simbólicos e ligações dos indivíduos a um lugar ocorre à medida que um espaço promove a formação de relações significativas entre ele e a vida das pessoas.

Quando um espaço permite que as experiências individuais ou colectivas que nele ocorrem adquiram um significado, que se mantém e pode evoluir ao longo do tempo, é possível observar-se a criação de ligações entre o lugar e a vida de um indivíduo, um grupo, uma cultura ou outros mundos.

Existem determinadas condições para que um espaço possa adquirir significado e as pessoas formem ligações a esse lugar.

Uma condição fundamental diz respeito aquilo que Lynch (1989) definiu como legibilidade de um lugar, e que se refere ao grau em que um lugar fornece uma imagem clara de si mesmo, à medida em que o indivíduo percepção esse lugar de forma evidente. Um lugar legível é aquele que, através de pistas identificáveis pelos sujeitos, comunica que tipo de lugar é e que género de actividades permite desenvolver.

A ressonância é outra das condições para a formação de ligações com significado. Diz respeito à forma como um espaço evoca alguma relação entre ele e a vida dos indivíduos. Essa relação pode fazer-se às necessidades ou direitos individuais, ou ainda a memórias e experiências de um indivíduo ou grupo.

Além da legibilidade e da ressonância, um espaço deve ter relevância para um indivíduo, devendo poder satisfazer as suas necessidades e tornar-se assim um elemento significativo na vida dos seus utilizadores. Deve ainda ser relevante para determinada cultura, revelando consistência com as normas e hábitos próprios do contexto cultural.

Um primeiro tipo de ligações são aquelas que os indivíduos estabelecem entre si e um lugar particular. Este último pode adquirir um significado específico através da relação que se estabelece entre ele e acontecimentos ou fases da vida do indivíduo, a qual irá contribuir para a manutenção de um sentido de continuidade essencial à identidade pessoal.

O conceito de identidade local mostra bem como os lugares se podem tornar um elemento importante daquilo que somos enquanto indivíduos, dada a relevância que adquirem para o indivíduo e o carácter das interacções sociais que nele ocorrem. Este conceito irá ser explicitado e desenvolvido num capítulo posterior deste trabalho.

Podem identificar-se diferentes tipos de espaços que tendem a adquirir um significado especial para os sujeitos.

Os espaços mais frequentados na infância e em que a criança desenvolve actividades ou interacções sociais importantes, os espaços pessoais que constituem bases importantes das experiências individuais, os espaços nutritivos que promovem memórias e recordações dos bens adquiridos e das pessoas que neles se encontram, bem como os espaços onde se realizam acontecimentos especiais da vida dos sujeitos,

são contextos fundamentais das relações e ligações que os indivíduos podem estabelecer, contribuindo de forma fundamental para a sua identidade.

Quando as relações e interações com os membros de um grupo constituem a base fundamental da experiência num lugar, esse mesmo grupo tende a desenvolver ligações fortes com esse lugar.

As actividades desenvolvidas repetidamente por um grupo particular ou por indivíduos com um interesse específico comum contribuem para a formação deste tipo de ligações, as quais podem ser estimuladas por elementos característicos do espaço, como o próprio nome, uma inscrição ou monumento.

Os espaços públicos podem ainda ser fonte da formação e reforço de ligações de toda uma sociedade, cultura ou grupo social alargado. Exemplos disso são os monumentos históricos, locais religiosos ou históricos, um parque ou uma área natural.

O valor simbólico de um lugar pode ser-lhe atribuído através da forma, função ou nome que adquire, podendo ainda sofrer uma evolução mantendo, no entanto, características que lhe conferem uma continuidade. Este sentido de continuidade é de importância fundamental para que esse lugar possa manter-se como ponto de referência social.

Um tipo diferente de ligações são aquelas que caracterizam uma associação entre um espaço e determinados elementos humanos, elementos naturais, paisagem e ciclo da vida.

Encontram-se nesta categoria os elementos com evocação sexual, um edifício com arcadas protectoras ou uma praça no interior de um grupo de edifícios. Os elementos e paisagem naturais assumem um valor psicológico inquestionável para as pessoas. Com efeito são dos elementos mais valorizados e procurados num espaço público dadas as memórias e sentimentos que suscitam nos utilizadores. Um espaço pode

ainda reflectir o ciclo diário, das estações do ano, ou das fases da vida. Como são o caso dos percursos num parque de uma cidade ou numa área natural protegida.

Outro tipo de ligações que um espaço pode facilitar são aquelas que se estabelecem com o mundo da fantasia, cósmico ou universal. Os monumentos ou praças cerimoniais que envolvem mensagens universais, os espaço com elementos que evocam o universo ou os seus elementos, ou mais recentemente, e de outra forma, os parques de diversões são espaços que estabelecem ligações entre os indivíduos e um mundo mais alargado.

### Parque Natural como Espaço Público

Para que um espaço assuma um carácter público podem contribuir diversos factores, tais como o clima, formas de vida ou interesses. As diferentes formas de vida pública são suportadas por características físicas do espaço, pelo ritmo e hábitos de vida ou pelo interesse e atracção pelo desporto e elementos naturais.

Para que um espaço público possa contribuir para a satisfação de necessidades, definir e proteger direitos e transmitir significados culturais, deve apresentar determinadas características.

Deve, em primeiro lugar, servir as necessidades dos diferentes tipos de utilizadores que possa ter. Em relação às áreas naturais, aquilo que as pessoas procuram num ambiente deste tipo é o contacto com as características naturais do lugar. Um parque natural, sendo um caso destes, deve assim poder satisfazer esta necessidade fundamental que potencialmente caracteriza a sua utilização.

Um espaço público terá também de ser democrático, isto é, deve proteger os direitos dos seus utilizadores. Um lugar deste tipo é acessível a qualquer pessoa ou grupo, permite liberdade de acção e proporciona um sentimento de poder e controlo. Estes

direitos são obviamente limitados pelos direitos dos outros utilizadores. Em relação a uma área natural protegida como um parque natural, esta delimitação dos direitos dos utilizadores advém ainda do próprio carácter de conservação da natureza destas áreas e do facto de uma área considerável ser privada e habitada.

Para que um lugar seja um espaço público com significado deve permitir a formação de ligações fortes entre ele, a vida pessoal dos indivíduos e o mundo alargado. Um parque natural poderá facilitar a criação de ligações entre os seus utilizadores e indivíduos ou grupos, a uma cultura, história ou às próprias realidades naturais que o caracterizam.

## IDENTIDADE LOCAL

### Ligação ao Lugar e Identidade

No campo da investigação sobre a relação entre ambiente e comportamento humano, a questão da identidade local é habitualmente enquadrada no âmbito da questão do *place attachment* ou ligação ao lugar. Este tema, dadas as áreas de proveniência variadas dos investigadores, bem como a própria evolução do contexto social, cujos efeitos se procuram avaliar e explicar, tem assumido, ao longo do tempo, aspectos e ênfases diferentes. Ainda hoje, esta é uma questão bastante referida na literatura, embora não haja uma definição comum e consensual do conceito nem das medidas (Giuliani e Feldman, 1993).

Um dos estudos pioneiros sobre a questão das ligações afectivas ao espaço geográfico é o de Fried (1963, cit. in Giuliani e Feldman, 1993), que observou fenómenos semelhantes ao luto como resultado de realojamentos forçados, os quais interpretou como decorrentes da quebra do sentido de continuidade.

Inserindo-se numa visão fenomenológica das relações do homem com o espaço, encontram-se os trabalhos que adquiriram bastante notoriedade dos geógrafos humanistas como Tuan (1974, cit. in Giuliani e Feldman, 1993) e Relph (1976, cit. in Giuliani e Feldman, 1993). Esta abordagem realça o papel das experiências subjectivas do ambiente, centrando-se na análise dos significados psicológicos que os lugares assumem para os indivíduos (Lalli, 1992). Na sequência de um envolvimento prolongado com um local ou espaço geográfico, os indivíduos desenvolvem uma ligação emocional com esse espaço, tornado assim um lugar.

Relph e Tuan, que defendem que é através do *attachment* ou ligação, e *rootedness* ou enraizamento a lugares específicos que o indivíduo adquire um sentimento de pertença e objectivo que dá sentido à vida (Speller, 1988).

Tuan (1980, cit. in Speller, 1988) define enraizamento como o sentimento de segurança e conforto, vivido no lar, associado a determinado lugar específico.

A ligação ao lugar consiste numa “...série de sentimentos acerca de um lugar geográfico que liga emocionalmente a pessoa ao lugar...” (Rubinstein e Parmelee, 1992, p. 139) e que é “...influenciada pelas experiências pessoais no espaço ou pelo percurso de vida do indivíduo em relação com esse espaço” (p. 146), desempenhando a reconhecida e realçada função de continuidade entre o passado e o presente do indivíduo e fornece uma perspectiva para o futuro (Marris, 1974, cit. in Speller, 1988). Quando esta ligação é quebrada os sujeitos vivem fenómenos denominados *rootlessness* (Tuan, 1974, cit. in Giuliani e Feldman, 1993) ou *placelessness* (Relph, 1976, cit. in Giuliani e Feldman, 1993).

De acordo com Giuliani e Feldman (1993), a discussão sobre o tema e a investigação, durante os anos setenta, são marcadas pelo interesse na questão das consequências do declínio das relações de vizinhança e mudanças nos ambientes residenciais, e do aumento da mobilidade residencial, característicos desta época.

Não existindo um consenso sobre o conceito, a discussão faz-se em torno de noções como sentimento de pertença, sentimento acerca da partida, interesse, redes sociais e de amizade, tempo de residência e satisfação residencial. Surge também a questão do sentido de comunidade, noção que apela para a importância do ambiente físico como um contexto de experiências passadas partilhadas por uma comunidade, e está relacionada com a qualidade do apoio e suporte de uns membros aos outros e um compromisso e vontade de assumir responsabilidades pelo funcionamento da

comunidade (Chavis, Hogge, McMillan & Wandersman, 1986, cit. in McAndrew, 1993). Em várias destas noções, não existe um acordo sobre se as variáveis são componentes ou índices da ligação ao lugar ou constituem antes variáveis independentes ou determinantes do fenómeno (Giuliani e Feldman, 1993).

Já nos anos oitenta, assiste-se a uma mudança na visão sobre os efeitos da ligação ao lugar nas respostas às alterações ambientais. Contrariando a ideia de que a mobilidade residencial tem efeitos negativos devido à ruptura da ligação ao lugar, alguns autores defendem que nem sempre ocorrem estes resultados. Stokols e Shumaker (1982, cit. in Giuliani e Feldman, 1992) e Feldman (1990, cit in Twigger-Ross e Uzzell, 1996) mostraram que, por vezes, os efeitos negativos, nomeadamente para a saúde, podem antes resultar de opções de escolha residencial reduzidas ou da incongruência entre as expectativas e valores e as características do local de residência.

As posições mais recentes, ao contrário de adoptarem uma visão estática das ligações aos lugares, adoptam uma visão mais evolutiva, centrando-se na relação entre as mudanças ocorridas na ligação aos lugares e a construção da identidade, num ambiente social e físico em mudança.

Adoptando uma visão integradora do conceito de ligação ao lugar, Low e Altman (1992) propõem que este integra diferentes aspectos relacionados entre si (tais como afectos, cognições, tipos de lugar variados, diferentes actores e relações sociais e aspectos temporais), que a sua formação e desenvolvimento decorre de processos biológicos, ambientais, psico-sociais e culturais, e que pode ter diferentes funções tais como a segurança, previsibilidade e identidade pessoal, grupal ou cultural.

São vários os autores que reforçam, o papel da ligação ao lugar nos processos de formação e manutenção da identidade, o qual se refere ao facto da ligação ao lugar funcionar como uma base de suporte para a identidade, e actuar de forma a

desenvolver e manter os processos identitários (Twigger-Ross e Uzzell, 1996). Num estudo realizado com habitantes de uma área residencial de Londres Tiwgger-Ross e Uzzell (1996) puderam confirmar que um lugar quando é emocionalmente saliente assume uma importância relevante na identidade pessoal dos indivíduos.

### Conceito de Identidade Local

Não negando a importância das ligações emocionais a lugares particulares, Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983) contrapõem que a estrutura cognitiva que compõe a identidade local está para além e é mais do que este envolvimento emocional (Bonnes e Secchiaroli, 1995).

Segundo Lalli (1992), a concepção de identidade local de Proshansky et al. (1983), enquadra-se nas teorias cuja origem se situa nas teorias do *self* e auto-conceito. O ênfase acentuado no aspecto cognitivo que caracteriza este tipo de abordagem levou os autores a acentuar as funções cognitivas da identidade local.

Reconhecendo que o conceito de identidade pessoal não se pode restringir à distinção entre o próprio e os outros, Proshansky et al. (1983) defendem que a identidade pessoal comporta também as relações com os contextos físicos. Na sequência deste pressuposto básico, os autores afirmam que qualquer teoria do *self* deve ter em consideração o papel do ambiente físico como contexto da socialização do *self*. Propõem então o conceito de identidade local para dar conta desta estreita relação entre as cognições e os lugares onde estas se desenvolvem (Speller e Sime, 1993).

Na origem deste conceito está o reconhecimento de algumas evidências duma relação existente entre a identidade pessoal e determinados lugares significativos para os indivíduos. Estas evidências foram sistematizadas por Stone (1981), que refere que os elementos do ambiente físico relacionados com a cultura se podem tornar importantes

para o indivíduo e dessa forma reforçar ou afirmar a identidade cultural, que a identificação com um grupo social localizado num lugar pode levar à identificação com esse lugar, ou que a ocorrência de acontecimentos da vida pessoal num determinado lugar podem levar também à identificação com o lugar.

Partindo então da ideia de que a socialização do *self* é feita não só da relação com outras pessoas ou grupos mas também pela relação com os vários contextos onde se desenrola a vida quotidiana do sujeito, identidade local é definida por Proshansky et al. (1983) como “uma sub-estrutura da identidade pessoal, consistindo nas cognições acerca do mundo físico no qual o indivíduo vive. Estas cognições representam “memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados e concepções do comportamento e experiência relacionados com a variedade e complexidade dos contextos físicos que definem a existência diária dos indivíduos” (p. 89).

Embora identifiquem a identidade local como um “*porpourri* de memórias, concepções, interpretações, ideias e sentimentos associados a contextos específicos ou tipos de contextos” (Proshansky et al., 1983, p. 90), os autores acabam por defender que ela é mais do que isso, visto que esta rede de componentes cognitivos reflecte, para além das experiências individuais em cada contexto, a relação entre os diferentes contextos na definição das actividades quotidianas do sujeito bem como as definições sociais de cada lugar, ou seja, as normas e comportamentos associados à vivências nesses contextos.

A ideia de identidade local como um *bouquet* de cognições está ligada à sua conceptualização como uma estrutura que não é estática mas antes evolui no tempo, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Assumindo que o nascimento da identidade local se faz na infância, fase em que inicialmente o lar é o ambiente mais relevante, e

em que outros ambientes como a escola ou o bairro residencial vão obtendo um papel importante, os autores defendem que diferentes espaços e lugares vão desempenhando um papel na formação e evolução da identidade local (Proshansky e Fabian, 1987).

Para além desta vertente de mudança, também é reforçada a importância e necessidade de integração e estabilidade da identidade, o que pode ser conseguido através das diferentes funções que a identidade local desempenha (Proshansky et al., 1983).

A primeira função relaciona-se com o reconhecimento da estabilidade e manutenção do mundo físico pode dar um suporte à percepção de estabilidade da própria identidade pessoal. O significado associado aos diferentes tipos de contexto, bem como a adequação ao seu significado inerente, podem também contribuir para que o indivíduo possa reconhecer as actividades, objectivos ou funções associadas a cada contexto. Esta consiste na segunda função da identidade local. A terceira função está associada ao facto dos lugares poderem ainda, dependendo do controlo que o indivíduo exerce sobre eles, contribuir para o equilíbrio entre as preferências do indivíduo e os requisitos básicos desses mesmos lugares. Uma quarta função torna-se relevante quando o lugar não responde satisfatoriamente aos requisitos e preferências e consiste no desenvolvimento de cognições que funcionam como mediadoras de mudanças que possam conduzir à diminuição dessas discrepâncias. Por último, as cognições associadas à identidade local podem servir de alerta ou protecção face às ameaças externas, funcionando com mecanismos de defesa ou de redução da ansiedade.

### Teoria do Processo Identitário

A partir da evidência de que o ambiente físico desempenha, à semelhança do mundo social, um papel determinante na socialização e formação da identidade pessoal, Proshansky et al.(1983) propuseram o conceito de identidade local como uma sub-estrutura, comparável à identidade social, e que decorre da socialização do sujeito com o ambiente físico no qual se desenvolve e evolui.

Contudo, estes autores apenas descrevem o conteúdo, essencialmente cognitivo, desta estrutura, não descrevendo os processos que orientam a relação do indivíduo com o ambiente nem a interface entre esta relação e a identidade pessoal (Twigger-Ross & Uzzell, 1996).

Em vez desta concepção relativamente fragmentada, defendendo a existência de diferentes tipos de identidade, incluindo a identidade local, podemos antes assumir que, dado o papel relevante que o ambiente físico desempenha no desenvolvimento da identidade dos indivíduos, “todos os aspectos da identidade terão, com maior ou menor extensão, implicações associadas aos lugares” e contextos desse desenvolvimento (Twigger-Ross e Uzzel, 1996, p. 206).

Numa investigação sobre identidade e percepção da qualidade ambiental, Bonaiuto, Breakwell e Cano (1996) verificaram que a identidade local mas também o nacionalismo tinham um efeito significativo sobre a percepção da poluição, com identificações fortes a conduzir a uma percepção do ambiente de forma menos negativa. Esta observação mostra que o ambiente, em vez de ser tratado como uma entidade à parte, é antes incorporado na própria identidade do indivíduo, podendo a forma como é avaliado ou percebido ter ligação com outros aspectos da identidade. Devine-Wright e Lyons (1997) verificaram também que o significado simbólico dos locais históricos desempenhava um papel importante na manutenção da

identidade nacional irlandesa. Numa investigação sobre identidade urbana, Lalli (1988) também encontrou uma relação positiva entre a identidade e a percepção de qualidade ambiental.

Na teoria do processo identitário de Breakwell (1986, 1992, s.d.), o ambiente físico é incluído na própria definição de identidade, dado que considera que o desenvolvimento e manutenção do processo identitário ocorre em transacções com o ambiente, e não com este como cenário, tornando-se dessa forma parte integrante da própria identidade.

Breakwell (1986, s.d.) defende que a identidade pode ser conceptualizada como um organismo biológico, com uma estrutura própria, que se desenvolve ao longo do tempo, e de acordo com determinados processos. É o resultado da interacção entre as capacidades do organismo e a influência e características do contexto físico e social em que se desenvolve.

A estrutura da identidade comporta uma dimensão de conteúdo e uma dimensão de valor. O conteúdo comporta as características ou propriedades que definem a identidade do indivíduo e que, tomadas como um todo, lhe dão um carácter único. Cada uma destas características tem a si associado um determinado valor e é o conjunto de todos eles que consiste na dimensão valor da identidade.

Esta estrutura da identidade é regulada pelos processos de assimilação, acomodação e avaliação, explicando as mudanças ocorridas nessa estrutura. A assimilação e acomodação, componentes do mesmo processo, podem ser vistas como um sistema de processamento de informação sujeito a enviezamentos. A assimilação é a absorção de novos componentes na estrutura da identidade e a acomodação consiste no reajuste dessa estrutura resultante dessa assimilação. O processo de avaliação refere-se à atribuição de significado e valor aos conteúdos da identidade.

A forma como estes processos se desenrolam é orientada pelos princípios da identidade, que governam a selecção da informação a ser acomodada, assimilada e avaliada. Estes princípios decorrem do contexto social vigente, e podem assim mudar ou variar de acordo com mudanças estruturais nesse contexto. Senso assim, a identificação destes princípios não é considerada estática, admitindo-se que pode evoluir. Com efeito, foram inicialmente apresentados três princípios da identidade que desempenham um papel orientador dos processos identitários nas sociedades ocidentais industrializadas – distintividade, continuidade e auto-estima, sendo posteriormente incluído mais um – controlo (Breakwell, 1992) .

A distintividade consiste no objectivo de obter ou manter a singularidade pessoal. O segundo princípio orientador da acção é a continuidade no espaço e no tempo, que diz respeito à manutenção de uma ligação entre a identidade passada e presente. A auto-estima refere-se a um sentimento de valor social ou mérito pessoal e o controlo corresponde à crença de que se é capaz de actuar face às exigências da situação.

Estes princípios da identidade podem apresentar, ao longo do tempo, diferentes saliências e importância relativa, dependendo esta evolução de contingências contextuais. Destas variações resultam diferentes padrões nos processos de assimilação/acomodação e avaliação, os quais regulam a estrutura da identidade, vista aqui como uma estrutura em evolução, em resposta às características e exigências do contexto.

Transpostos para o contexto físico, podemos considerar que o princípio da distintividade está associado a uma relação de valência positiva com determinado lugar, de forma claramente distinta de outras relações, e à utilização desse referente local para obter uma diferenciação face aos outros indivíduos. A continuidade pode ser conseguida através da manutenção da ligação a um lugar que serve de referente

para as experiências passadas, ou mediante a procura de estabelecimento de ligações a lugares com características congruentes com os valores pessoais. O reconhecimento dos aspectos positivos e valores dos ambientes físicos preferidos pode dar um contributo importante para o nível de auto-estima dos indivíduos. Por último, a manutenção do controlo pode ser facilitada pelas características do ambiente quando estas tornam esse ambiente gerível de forma que o indivíduo é capaz de ter desempenhar a sua vida diária (Twigger-Ross & Uzzell, 1996).

Embora com diferenças relativamente à teoria de Breakwell (1986), no próprio facto de proporem o conceito de identidade local, as conceptualizações de Korpela (1995) e Lalli (1988; 1992), apresentam pontos de convergência com esta teoria, nomeadamente no que diz respeito aos princípios ou dimensões da identidade local (Korpela, 1995) e identidade urbana (Lalli, 1988). Ambos os autores ressaltam a importância da contribuição das identificações locais para a formação e evolução do self. O destaque dado ao ambiente resulta deste constituir um cenário e muitas vezes até um determinante da acção dos indivíduos, bem como do facto de poder funcionar como um símbolo destas experiências (Hormuth e Lalli, 1986, cit. in Lalli, 1988). Segundo Korpela (1995), o ambiente físico é utilizado para criar e manter o self, e esta utilização e as cognições daí resultantes constituem o princípio organizador identificado como auto-regulação ambiental. Como resultado deste processo de auto-regulação activa, a identidade local apresenta uma lógica interna, de forma a manter o balanço dos princípios funcionais do self. Estes princípios são denominados pelo autor, retomando o trabalho de Epstein (1983, cit. in Korpela, 1995), como os princípios do balanço dor /prazer, unidade ou coerência e auto-estima. O balanço dor/prazer é conseguido através da expressão de sentimentos de prazer, de familiaridade e pertença em relação aos diferentes contextos, a coerência decorre da

percepção de unidade do self, e a manutenção de um nível favorável de auto-estima torna-se essencial assim que se forma uma concepção do self.

Para Lalli (1988), as dimensões da identidade urbana são a continuidade, a identificação geral, a apresentação externa e a familiaridade. Por continuidade entende a relação da experiência pessoal com a familiaridade com o ambiente, a identificação geral diz respeito ao sentimento de pertença, a apresentação externa à diferenciação e auto-avaliação positiva e a familiaridade ao domínio actual do ambiente.

Quer nos princípios enunciados por Korpela (1995) quer por Lalli (1988) encontramos sobreposições com os princípios da identidade de Breakwell, nomeadamente a auto-estima, também referida por Korpela, a continuidade, directa ou indirectamente referida por ambos os autores, o controlo, abordado pelo princípio da familiaridade de Lalli e a distintividade, implícita no princípio de apresentação externa.

#### Parque Natural e Identidade

Numa área natural com forte cariz rural o ambiente físico é bastante determinante da forma como as pessoas vivem, se organizam e das actividades que desenvolvem. Desta forma, a relevância que os contextos físicos desempenham na vida dos indivíduos podem tornar o ambiente num elemento importante da identidade dos habitantes de uma zona deste tipo.

Uma área natural é classificada como protegida, como por exemplo um parque natural, devido às suas características excepcionais em termos de nível de conservação da natureza, o qual muitas vezes não se pode dissociar do carácter que a presença humana apresenta na área em questão.

Torna-se assim importante perceber como é que, e se é que, um novo enquadramento do espaço (uma região definida como área protegida) é integrado pela identidade dos

seus habitantes. Isto significa perceber como é que a nova classificação/identificação é assimilada pelos residentes ao nível da sua identidade, nomeadamente através da clarificação de quais os princípios da identidade determinantes deste processo.

## HIPÓTESES

As hipóteses relativas aos **visitantes** do Parque Natural de Montesinho referem-se à avaliação da estadia de acordo com as três dimensões de espaço público: resposta a necessidades, acessibilidade e desenvolvimento de ligações com significado (Carr et al, 1992) e à percepção da relação com os residentes:

1. A apreciação da estadia no parque natural será mais positiva quando o parque natural for avaliado mais positivamente nas dimensões de resposta a necessidades, direitos e desenvolvimento de ligações com significado.
2. A avaliação dos residentes será mais positiva quanto menor a percepção de limitação das actividades pelos residentes.

No que diz respeito aos **residentes** do Parque Natural de Montesinho, as hipóteses referem-se à identidade com o parque natural e percepção da relação com os visitantes:

3. Quanto melhor for a avaliação do parque natural maior será a identidade com o parque natural. Esta identidade será expressa ao nível dos princípios da identidade da distintividade, continuidade, auto-estima e auto-eficácia.
4. A avaliação dos visitantes será mais positiva quanto melhor for a avaliação do parque natural e maior a identidade com o parque natural.

## MÉTODO

### Sujeitos

#### Visitantes

Responderam ao Questionário a Visitantes 48 sujeitos que realizavam uma visita ao PNM. A amostra, maioritariamente do sexo masculino (60,4%), apresentava predominantemente idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos (46,8%) (Quadro 5). Sendo provenientes de diferentes países, os visitantes eram, no entanto, maioritariamente portugueses (68,8%). Os portugueses são provenientes essencialmente das regiões urbanas de Lisboa e Porto, e o maior grupo de estrangeiros são franceses, seguidos dos ingleses e holandeses. No que diz respeito à formação a amostra apresenta um nível superior ou frequência universitária (no total 69,5%), com ocupações profissionais predominantemente no ensino ou quadros superiores (41,3%), encontrando-se ainda um grupo significativo de estudantes (30,4%).

**Quadro 5 – Caracterização dos visitantes**

Sexo	Masculino					Feminino						
	60,4%					39,6%						
Idade (anos)	≤20	21-30			31-40	41-50		≥51				
	6,4%	46,8%			31,9%	10,6%		4,3%				
Formação	5°-9°		10°-12°			Bach/freq univ.			Licenciatura			
	8,7%		21,7%			30,4%			39,1%			
Profissão	Estudante		Técnico		Q. Superior		Professor		Artista			
	30,4%		21,7%		19,6%		21,7%		6,5%			
País/ Região (%)	Portugal					Europa						
	68,8%					31,2%						
	Lisboa	Porto	Norte	Centro	Sul	Espanha	França	Holanda	GB	Alemanha	Itália	Bélgica
39,4	30,3	18,2	6,1	6,1	6,7	26,7	20,0	20,0	13,3	6,7	6,7	

A estadia dos visitantes, que na sua maioria (77,1%) é a primeira vez que visitam o PNM, têm maioritariamente uma duração entre 1 e 4 dias (68,7%) (Quadro 6). A maioria da amostra dos visitantes permanece, durante a sua estadia no PNM, num parque de campismo ou numa casa de aldeia, estando acompanhados por amigos ou familiares.

**Quadro 6 – Caracterização da Visita**

Duração	1 – 4	5 – 7	7 – 15	+ 15
Da visita	68,7%	22,9%	4,2%	4,2%
1ª visita ao	SIM		NÃO	
PNM	77,1%		22,9%	
Nº Visitas	1	2 – 4	+ 5	
ao PNM	20%	20%	40%	
Local	Parque Campismo	Casa do PNM	Casa de Aldeia	Outro
estadia	45,8%	8,3%	31,3%	14,6%
Acom-	Família	Amigos	Sozinho	
panhantes	45,8%	50,0%	4,2%	

### Residentes

O Questionário a Residentes foi respondido por residentes de três aldeias do PNM, Montesinho, Palácios e Rio de Onor, localizadas na área leste do parque (Anexo B). Em Montesinho foram contactados 6 habitantes, em Palácios 7 e em Rio de Onor 5. A escolha destas três aldeias deve-se ao facto de serem aldeias bastante visitadas por turistas, devido a diferentes motivos. Palácios é uma das aldeias do parque que possui museu rural, instalado num antigo lagar recuperado e recheado pela população com utensílios agrícolas ou outros materiais, representativos da vida rural tradicional. Rio

de Onor é considerada o ex-libris do parque, dada a preservação da arquitectura tradicional e das formas de vida comunitária. A aldeia de Montesinho, além de também estar bastante preservada arquitectonicamente, situa-se numa zona do parque que possui diversos atractivos turísticos, nomeadamente o vale do Rio Sabor, as pastagens de altitude e um centro hípico.

Foram contactados, no total, 10 sujeitos do sexo feminino e 8 do sexo masculino, maioritariamente com idades superiores 50 anos (61%) e com uma formação igual ou inferior à 4ª classe (83%). Em termos de ocupação profissional, a maioria encontra-se reformada ou trabalha na agricultura.

Tendo predominantemente nascido no PNM (77,8%), sensivelmente metade viveu sempre na aldeia de residência (50%) e no PNM (55,6%). A quase totalidade destes sujeitos vive com familiares (88,9%) e todos habitam casa própria.

### Instrumentos

Para o estudo das hipóteses 1 e 2, foi elaborado um questionário a aplicar a visitantes do Parque Natural de Montesinho, e para o estudo das hipóteses 3 e 4 foi construído um questionário para os residentes do parque.

#### Questionário a Visitantes

O questionário aos visitantes (Anexo C) apresenta, de início, uma série de questões destinadas à caracterização desta amostra. Inclui ainda três questões abertas relativas às motivações subjacentes à visita, nomeadamente em relação aos motivos de estadia no parque natural e à opinião acerca da existência de áreas protegidas. Estas questões serão objecto de uma análise de conteúdo.

Um conjunto de questões relativas às três dimensões do espaço público identificadas por Carr et al. (1992), integradas no bloco “Avaliação do PNM”, referem-se às necessidades de conforto (nomeadamente de acolhimento, limpeza e segurança), descontração, envolvimento passivo e activo e descoberta, aos direitos de acesso e deslocação, e ao desenvolvimento de ligações e significados. Todas as questões são apresentadas numa escala de intervalo de 5 pontos (1=nada; 5=muitíssimo, não sendo definidos verbalmente os pontos intermédios da escala).

A análise da consistência permitiu agrupar questões em índices correspondentes a sub-dimensões do espaço público (Carr et al., 1992). Foram assim construídos os índices “Necessidades Gerais de Conforto” ( $\alpha$  0.81; ex: “Até que ponto considera os caminhos confortáveis”), que inclui três sub-índices, denominados “Necessidades de Acolhimento” ( $\alpha$  0.67; ex: “Até que ponto considera o local de estadia no PNM acolhedor”), “Necessidades de Limpeza” ( $\alpha$  0.72; ex: “Até que ponto considera as aldeias que visitou no PNM limpas”) e “Necessidades de Segurança” ( $\alpha$  0.75; ex: “Até que ponto considera os locais que mais frequentou no PNM seguros”); “Necessidades de Descoberta” ( $\alpha$  0.69; ex: “Possibilidade de contactar com a natureza”) e “Significados” ( $\alpha$  0.75; ex: “Possibilidade de conhecer melhor a cultura desta zona”). Por não apresentarem consistência interna ( $\alpha < 0.65$ ), as questões ligadas às necessidades de descontração (1 *item*; “Possibilidade de descontrair, relaxar, descansar”), envolvimento passivo (1 *item*; “Possibilidade de ter privacidade, estar sozinho”), envolvimento activo (3 *items*; “Possibilidade de participar em actividades colectivas”, “Possibilidade de se integrar na vida das aldeias”, “Possibilidade de explorar o parque”), à dimensão direitos (3 *items*; “Facilidade de acesso”, “Facilidade de deslocação”, “Os caminhos estão sinalizados”) e 1 *item* da

dimensão significados (“Até que ponto se sentiu parte integrante do parque”) não foram agrupados em índices.

Um outro grupo de questões diz respeito à percepção dos residentes, nomeadamente a caracterização do contacto estabelecido ( com o mesmo tipo de escala que a referida atrás) e à percepção de características/atributos dos residentes e da limitação das actividades realizadas. Incluem-se também questões de percepção de características dos visitantes. A percepção de características/atributos dos residentes e visitantes será objecto de comparação com a percepção revelada pela amostra de residentes.

Para caracterizar a avaliação da estadia, incluem-se questões que se referem à avaliação geral da estadia no parque, à satisfação de objectivos e necessidades não satisfeitas. São ainda integradas neste bloco uma questão relativa às actividades desenvolvidas e outra a sugestões.

É também incluída uma questão relativa ao local preferido e outra que, com base no mapa do PNM, solicita aos sujeitos que identifiquem, de acordo com a sua percepção, as áreas de pertença dos visitantes, dos residentes, e da natureza. Esta questão, sendo incluída também no questionário dos residentes permitirá confrontar um grupo com outro, nomeadamente ao nível das percepções recíprocas das áreas de pertença de ambos os grupos.

#### Questionário a Residentes

O questionário destinado aos residentes (Anexo D) inicia-se pelo grupo de questões relativas à caracterização da amostra.

Incluem-se também questões relativas à ligação e sentimento de comunidade, com o objectivo de obter uma caracterização da percepção do ambiente residencial por parte dos residentes.

Estas questões , bem como as que se referem à identidade, são dirigidas quer à aldeia quer ao PNM, para permitir uma comparação da relação dos residentes com a sua aldeia e com o PNM. Tal como já foi atrás referido, a avaliação da identidade será feita, de acordo com a Teoria do Processo Identitário (Breakwell, 1986), pelos princípios de distintividade, continuidade, auto-estima e controlo. Todas estas questões são apresentadas numa escala de intervalo de 5 pontos (1 = nada; 5 = muitíssimo).

À semelhança do questionário a visitantes, o questionário a residentes inclui um grupo de questões para avaliar o contacto e percepção de características/atributos dos visitantes e residentes. Como atrás já foi apresentado, a percepção de características será comparada com a da amostra de visitantes. As questões referentes ao contacto com visitantes têm o mesmo tipo de escala que a enunciada atrás.

No questionário a residentes, de acordo com o enunciado na apresentação do questionário a visitantes, inserem-se as questões referentes ao local preferido e à identificação das áreas de pertença dos visitantes, residentes e natureza.

São ainda incluídas questões abertas sobre os efeitos da criação do parque natural, o turismo e, tal como no questionário a visitantes, a opinião acerca da existência de áreas protegidas.

#### Aplicação dos Questionários

O contacto com os visitantes foi realizado no Verão de 1997, durante os primeiros 10 dias do mês de Agosto. Procurou-se contactar os visitantes no momento em que terminavam a visita ao PNM, ou, nessa impossibilidade, quando já permaneciam no parque há um ou dois dias. Não responderam ao questionário sujeitos que se encontravam no início da sua estadia no parque.

O contacto e solicitação de preenchimento do questionário foi realizado em diferentes locais de estadia ou de frequência por parte dos visitantes. Foi assim que alguns sujeitos responderam ao questionário no momento em que saíam ou permaneciam no parque de campismo, num café ou no largo de uma aldeia. A resposta ao questionário foi individual, mantendo-se o investigador junto do sujeito disponível para esclarecer qualquer dúvida, que para os estrangeiros consistia na tradução do questionário.

Os residentes das aldeias de Montesinho e Palácios responderam ao questionário no início de Outubro do mesmo ano, e os da aldeia de Rio de Onor em Outubro do ano seguinte. Dado que alguns destes sujeitos tinham dificuldade ou mesmo incapacidade para preencher o questionário sozinhos, optou-se por fazer uma aplicação individual e proceder ao registo audio das respostas de cada sujeito. As respostas foram depois transcritas.

## RESULTADOS

### Questionário a Visitantes

Os resultados relativos aos visitantes estão organizados em quatro áreas: motivação da visita, avaliação da estadia, dimensões do espaço público e contacto com os residentes.

#### Motivações Associadas à Visita

A partir do levantamento das respostas às questões abertas “Porque escolheu passar férias num parque natural?”, “Porque escolheu o Parque Natural de Montesinho?” e “Acha importante a existência de áreas naturais protegidas? Porquê?” foram definidas categorias de resposta para cada uma das perguntas. Podemos desta forma identificar as razões ou motivações subjacentes à visita a uma parque natural, razões ou razões ou motivações subjacentes à visita ao PNM, e opiniões ou crenças relativas à defesa da existência das áreas protegidas.

A definição de cada categoria é a seguinte:

#### Categorias de motivo de visita a um parque natural.

- Tradição/cultura: conhecer as aldeias, contactar com formas de vida tradicional, nomeadamente a arquitectura, e hábitos culturais;
- Convívio: conviver com amigos;
- Natureza: contacto com a natureza, nomeadamente a fauna e flora, e com outros elementos naturais como a água e ar puro;
- Paisagem: contemplar a beleza da paisagem;
- Montanha: estar em ambiente de montanha;
- Passeio pedestre: passear a pé e realizar percursos pedestres;

- Conhecimento ambiental: conhecimento ecológico e ambiental;
- Sossego: lugar tranquilo, sossegado e relaxante;
- Turismo reduzido: lugar com afluência turística reduzida;
- Contraste com a cidade: escape e contraste com a vida urbana.
- Caminho/Coincidência: parque natural situado na zona visitada.

#### Categorias de motivo de visita ao PNM.

- Turismo reduzido: parque natural com afluência turística reduzida;
- Caminhos: existência de caminhos para realizar percursos pedestres;
- Informação turística: informação obtida em guias turísticos;
- Sossego: parque natural particularmente calmo;
- Conservação: grau elevado de conservação da natureza;
- Caminho/coincidência: parque natural situado na zona visitada;
- Informação de amigos: informação ou sugestão de amigos;
- Família/amigos: estar com a família ou convite de amigos;
- Visitar o PNM: conhecer ou melhorar o conhecimento do PNM.

#### Categorias de opinião relativa à defesa da existência das áreas protegidas.

- Conservação: defesa da conservação da natureza para defender do desenvolvimento e garantir a preservação de ecossistemas, da paisagem e de formas de relação entre o homem e a natureza;
- Controle: forma de controlar o comportamento humano e o desenvolvimento;
- Identidade/herança: preservação de um património que consiste num dos elementos da identidade;

- Observação: possibilidade de realizar actividades de observação de elementos da natureza;
- Fuga ao *stress*: possibilidade de escape da vida urbana.

A Tabela 1 apresenta os valores relativos à motivação para visitar uma área protegida e a Tabela 2 os valores de motivação para visitar o Parque Nacional de Montesinho. Na Tabela 3 encontram-se os dados relativos à opinião sobre a importância das áreas protegidas.

**Tabela 1** – *Motivações de visita a um parque natural*

	freq	%
Tradição/cultura	6	12.5
Convívio	3	6.3
Natureza	28	58.3
Paisagem	7	14.6
Montanha	5	10.4
Passeio pedestre	4	8.3
Conhecim. Ambiental	2	4.2
Sossego	13	27.1
Turismo reduzido	3	6.3
Contraste com cidade	5	10.4
Caminho/coincidência	9	18.8

**Tabela 2** – *Motivações de visita ao PNM*

	freq	%
Turismo reduzido	6	12.5
Caminhos	3	6.3
Inform. turística	8	16.7
Inform. amigos	7	14.6
Conservação	6	12.5
Sossego	3	6.3
Família/amigos	6	12.5
Visitar o PNM	11	22.9
Caminho/coincidência	15	31.3

A motivação para visitar um parque natural centra-se no contacto com a natureza e com as tradições do mundo rural, elementos aos quais está associado o sossego e tranquilidade. A visita ao PNM é motivada especificamente por informação que realça as suas características de conservação da natureza e reduzida afluência turística. Observa-se ainda que um número considerável de visitas não têm como motivação subjacente a estadia numa área protegida, ocorrendo estas por coincidência dada a zona do país visitada.

**Tabela 3** – *Opinião sobre áreas protegidas*

	freq	%
Conservação	32	66.7
Controlo	7	14.6
Identidade/herança	6	12.5
Observação natureza	2	4.2
Fuga ao stress	2	4.2

A grande maioria dos sujeitos realça a importância da existência de áreas protegidas devido à necessidade de preservação do património natural. A criação de áreas protegidas é também vista como uma forma de preservar uma herança que faz parte da identidade e de controlar os efeitos do desenvolvimento e impacto das actividades humanas.

#### Avaliação da Estadia

Incluem-se neste bloco os resultados das respostas às questões de avaliação geral da estadia no PNM, satisfação de objectivos e necessidades, sugestões, actividades desenvolvidas e locais preferidos.

**Tabela 4:** *Avaliação geral da estadia no PNM*

Nº	Min	Máx	$\bar{X}$	Dp
48	4	5	4.56	0.50

**Tabela 5:** *Satisfação de objectivos e de necessidades*

		freq	%
Sat. objectivos	sim	38	82.6
	não	8	17.4
Sat. necessidades	sim	29	60.4
	não	19	39.6

**Tabela 6:** *Necessidades não satisfeitas*

Necessidade	freq	%
Percursos pedestres	3	15.8
Mapas	2	10.5
Recolha de lixo	2	10.5
Transporte	3	15.8
Bicicletas	3	15.8
Refeições	3	15.8
Alojamento	3	15.8
Vigilância	1	5.3

**Tabela 7:** *Sugestões*

Sugestão	freq	%
Percursos pedestres	9	18.8
Percursos guiados	4	8.3
Informação	7	14.6
Sinalização	7	14.6
Bicicletas	1	2.1
Refeições	1	2.1
Alojamento	2	4.2
Recolha de lixo	7	14.6
Parque campismo	2	4.2
Transporte	4	8.3
Controlo caça	3	6.3
Controlo incêndios	2	4.2

Observa-se uma avaliação da estadia muito positiva, tendo os sujeitos atingido os seus objectivos, revelando, em parte, algumas necessidades não satisfeitas. Destas

destacam-se a possibilidade de realizar percursos pedestres, alugar bicicletas, transporte no interior do parque, e dificuldades de alojamento e alimentação.

Algumas das sugestões apresentadas estão associadas a estas dificuldades, salientando-se as que dizem respeito aos percursos pedestres, sinalização e informação, bem como a melhor recolha de lixo.

As sugestões e necessidades mais salientes estão associadas à realização de percursos pedestres, que consiste na actividade mais importante realizada pelos visitantes que constituíram a amostra (Tabela 8).

**Tabela 8:** *Actividades desenvolvidas*

Actividade	freq	%
Percursos pedestres	38	79.2
Activids de rio	19	39.6
Cicloturismo	7	14.6
Observ. da natureza	45	93.8
Passeios a cavalo	2	4.2
Pic-nic	21	43.8
Outras	8	16.7

**Tabela 9:** *Locais preferidos pelos visitantes*

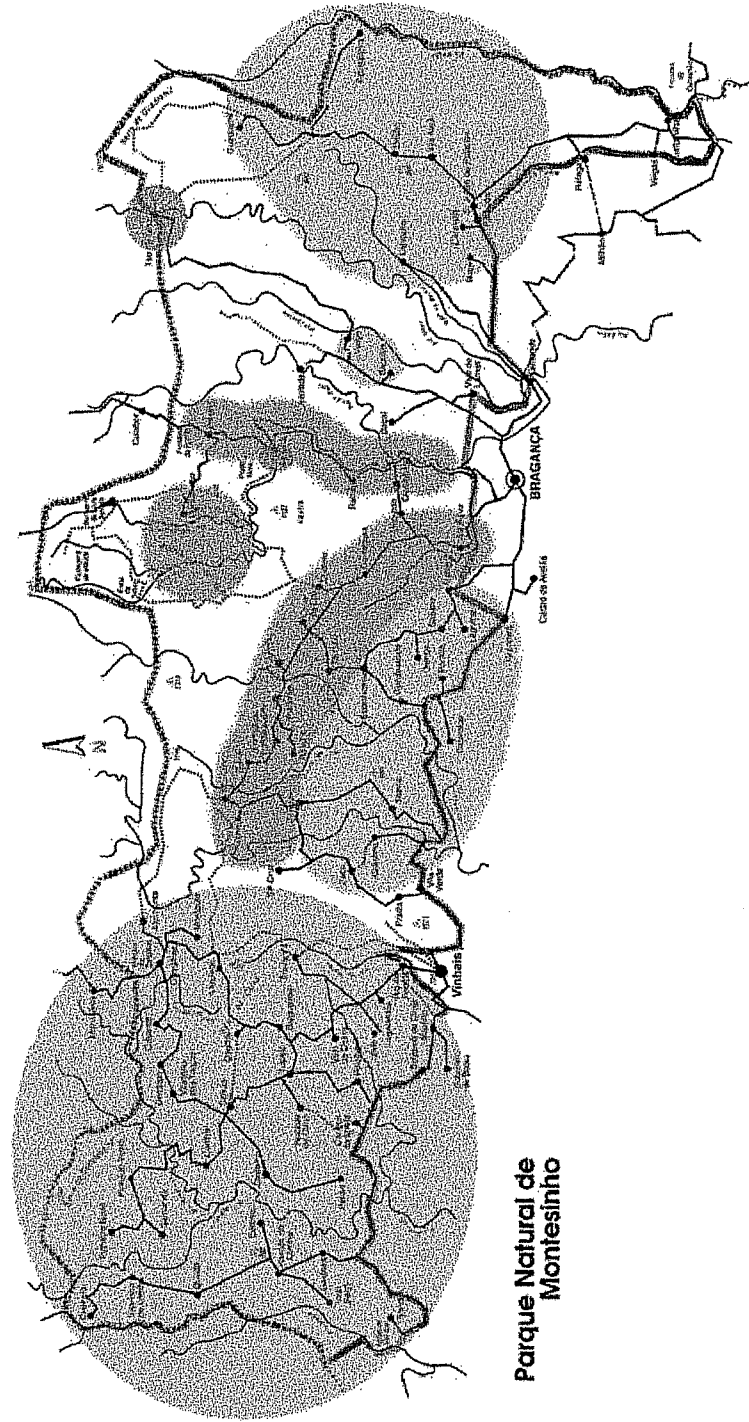
Local preferido	freq	%
Rio de Onor	11	22.9
Onor	3	6.3
Baixa Lombada	2	4.2
Vale do Rio Tuela	4	8.3
L. Grande/Past. altitude	5	10.4
Barragem S. Serrada	3	6.3
Montesinho (aldeia)	11	22.9
Vale do Rio Sabor	9	18.8
Serra de Montesinho	7	14.6
Percurso Moimenta/Vinhais	3	6.3

Das actividades desenvolvidas durante a estadia no parque as mais referidas são a observação da natureza, percursos pedestres e pic-nic.

Os locais preferidos pela amostra de visitantes são as aldeias de Rio de Onor e Montesinho, o vale do Rio Sabor, a serra de Montesinho e a área da Lama Grande e Pastagens de altitude.

A análise das respostas de atribuição, com base no mapa do PNM, das áreas de pertença aos residentes, visitantes e natureza permitiu identificar as zonas mais frequentemente atribuídas a estas três entidades. Em cada mapa, a progressiva densidade da cor revela uma maior frequência de resposta.

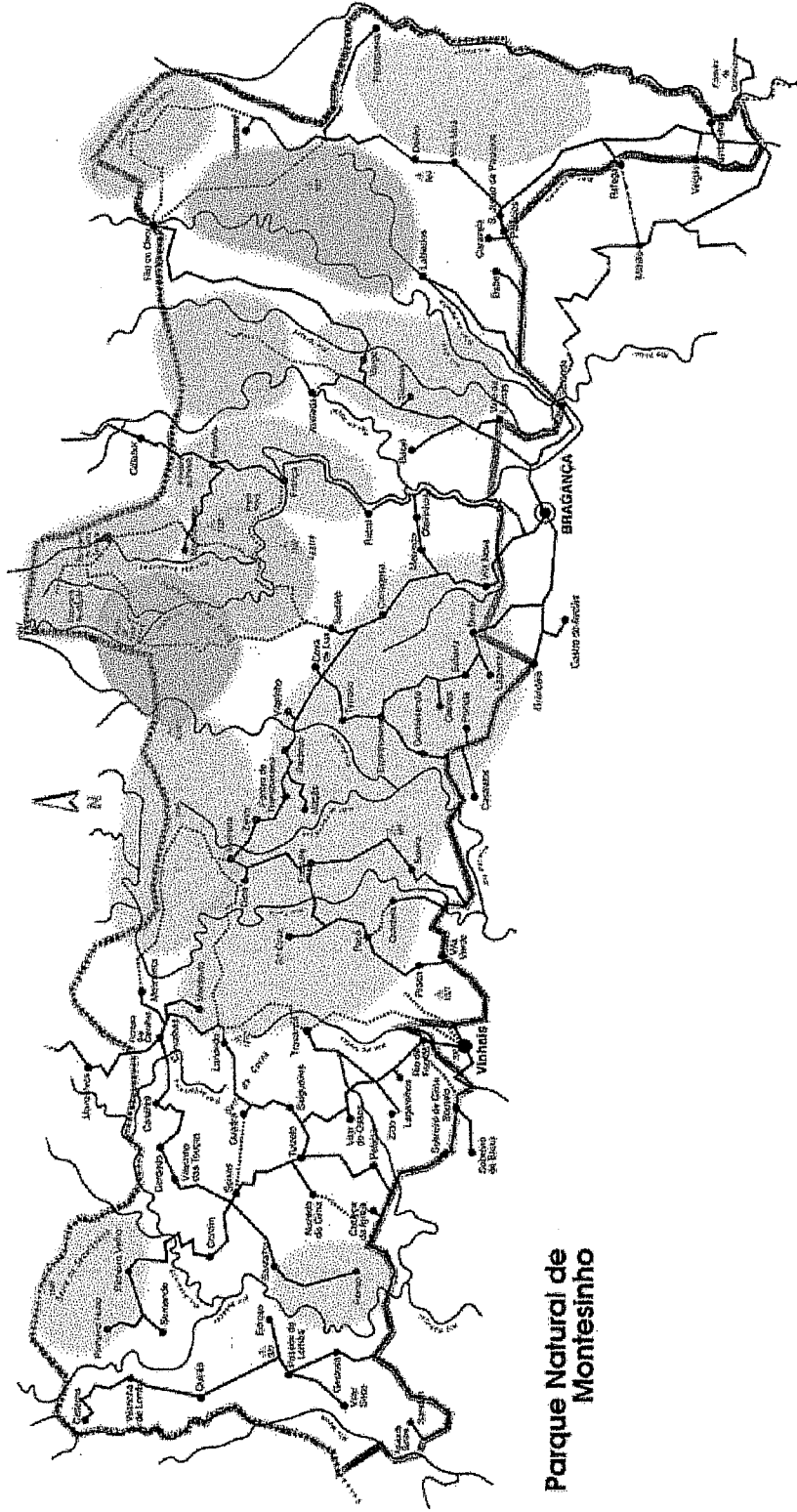
**Mapa 2:** Visitantes-identificação das áreas pertença dos residentes do PNM



**Parque Natural de  
Montesinho**



Mapa 4: Visitantes-identificação das áreas pertença da natureza do PNM



Parque Natural de  
Montesinho

A análise destes três mapas revela que toda a área do PNM é essencialmente atribuída aos seus residentes e à natureza, com algumas zonas a serem consideradas pertença dos visitantes.

As zonas atribuídas aos residentes são toda a área este do parque natural, a zona que abrange as aldeias da área oeste e a aldeia de Rio de Onor, a zona central com predominância do percurso entre Vila Nova e Dine, a área da Serra de Montesinho, incluindo a aldeia de Montesinho, e o percurso entre Bragança e a fronteira do Portelo.

Das zonas atribuídas aos visitantes destacam-se a aldeia de Montesinho, pastagens de altitude, barragem da Serra Serrada, a Serra de Montesinho e o vale do Rio Sabor, a aldeia de Rio de Onor e a área circundante à aldeia de Gondesende, próxima de um parque de campismo. São também referidas a zona das aldeias onde se situam os museus rurais (Babe, Caravela e Palácios), a Serra e aldeia de Guadramil, o percurso entre Bragança e Rio de Onor, a área que se situa entre as aldeias de Moimenta, Montouto e Dine, locais pontuais da área este do parque natural e o percurso entre Bragança e a fronteira do Portelo.

As zonas com maior densidade de atribuição à natureza são a Serra de Montesinho e a área de Onor, seguindo-se a área da fronteira este do parque natural, a zona das pastagens de altitude e barragem da Serra Serrada, o vale do Rio Sabor, a zona entre Portelo e Rio de Onor, a zona entre Moimenta e a Serra de Montesinho, a restante área central do PNM e pontualmente na área este do parque natural a Serra da Seculqueira e a área circundante à aldeia de Penso.

Observa-se que algumas das áreas referidas são simultaneamente consideradas zonas de pertença dos residentes e dos visitantes, nomeadamente as áreas que abrangem as aldeias de Montesinho, Rio de Onor, Guadramil, aldeias da zona dos museus rurais, o

percurso entre Bragança e a fronteira do Portelo, Serra de Montesinho, a área das aldeias de Varge e Sacoias no percurso entre Bragança e Rio de Onor, Cova de Lua, Gondesende e área circundante, Moimenta e Montouto, a Serra da Coroa e algumas aldeias da zona oeste do parque natural, como Vilar Seco, onde se encontra um castelo.

Algumas das zonas natureza são também consideradas pertença dos visitantes ou então dos residentes, como a área da Serra de Montesinho, a área entre Moimenta e Montesinho ou a área este do PNM.

#### Dimensões do Espaço Público.

Os dados relativos às dimensões do espaço público (Carr et al., 1992) são apresentados de acordo com as três dimensões identificadas pelos autores: necessidades, direitos e significados.

**Tabela 10:** *Médias dos índices/variáveis relativos à dimensão Necessidades*

Necessidade	Índice/Variável	$\bar{X}$	Dp
Conforto	Nec. geral conforto	3.93	0.44
	Nec. acolhimento	4.28	0.58
	Nec. limpeza	3.92	0.63
	Nec. segurança	4.22	0.62
Descontracção	Relaxamento	4.52	0.58
Envolv.	Privacidade	4.33	0.75
Envolv. activo	Activ. colectivas	2.02	1.41
	Integr. aldeias	2.32	1.30
	Explorar PNM	3.60	1.30
Descoberta	Nec. descoberta	3.62	0.86

**Tabela 11:** *Médias das variáveis relativas à dimensão Direitos*

Variável	$\bar{X}$	Dp
Acesso fácil	3.17	1.06
Deslocação fácil	2.91	1.08
Sinalização	2.50	1.19

**Tabela 12:** *Médias dos índice/variável relativos à dimensão Significados e Ligações*

Índice/Variável	$\bar{X}$	Dp
Significados	3.30	0.90
Sentim. integração	3.45	1.08

No que diz respeito às necessidades, os visitantes consideram que a sua visita ao PNM proporcionou bastante conforto, possibilidade de relaxar e ter privacidade, possibilitando ainda uma exploração e descoberta das características naturais e culturais da área do parque. Revelam ainda pouca participação em actividades colectivas e integração na vida das aldeias. Salientam-se assim as necessidades de conforto, sobretudo de acolhimento e segurança e menos de limpeza, de descontração e envolvimento passivo.

Os direitos de acesso e de deslocação no interior da área do parque são avaliados medianamente, sendo a sinalização dos caminhos considerada menos positiva.

De uma forma geral, os visitantes revelam um sentimento positivo de integração no parque, com oportunidades de conhecer as suas características fundamentais.

É de salientar aqui a relação entre a resposta às necessidades de conforto, descontração e envolvimento passivo e as motivações subjacentes à visita que se

caracterizam predominantemente por um desejo de contacto com a natureza, num ambiente propiciador de tranquilidade e sossego.

Para análise da 1ª hipótese calcularam-se as correlações entre os diferentes índices/variáveis e a avaliação geral da estadia no PNM. Os resultados são apresentados nas Tabelas 13, 14 e 15.

**Tabela 13:** *Correlações entre a avaliação geral da estadia e os índices/variáveis relativos à dimensão Necessidades*

Nec. geral conforto	Relaxamento	Privacidade	Acts. colectivas	Integr. aldeias	Explorar PNM	Nec. descoberta
<b>0.669***</b>	<b>0.577***</b>	0.225	0.239	0.023	0.087	0.228

\*\*\*p<0.001

**Tabela 14:** *Correlações entre a avaliação geral da estadia e as variáveis relativas à dimensão Direitos*

Acesso fácil	Deslocação fácil	Sinalização
0.194	<b>0.302*</b>	0.056

\*p<0.05

**Tabela 15:** *Correlações entre a avaliação geral da estadia e os índices relativos à dimensão Significados e Ligações*

Significados	Sentim. Integração
0.228	0.216

Da análise correlacional, salientam-se as associações significativas entre a avaliação da estadia e a resposta à necessidade geral de conforto, incluindo as necessidades de conforto específicas de acolhimento ( $r=0.524$ ;  $p<0.001$ ) e segurança ( $r=0.734$ ;  $p<0.001$ ). Salienta-se ainda o direito de facilidade de deslocação como uma variável significativamente associada à avaliação da estadia.

#### Contacto com os Residentes.

O contacto com os residentes é avaliado em relação à percepção, por parte dos visitantes, de limitação das actividades desenvolvidas, bem como à caracterização do contacto.

**Tabela 16 – Médias relativas à percepção de limitação das actividades**

Limit. Actividades	$\bar{X}$	Dp
pelos residentes	1.22	0.44
pelos visitantes	1.70	0.95
pelos normas do PNM	1.56	1.01

A maioria dos visitantes não se sentia, de uma forma geral, limitado na possibilidade de desenvolver as actividades desejadas (81,3%). Entre aqueles que revelam uma percepção de limitação das actividades, sempre em níveis reduzidos, a que diz respeito à limitação por parte dos residentes é a menos referida.

**Tabela 17 – Médias relativas à caracterização do contacto com os residentes**

Contacto	$\bar{X}$	Dp
Frequente	3.19	1.06
Fácil	4.11	0.90
Agradável	4.48	0.62
Enriquecedor	3.78	0.88

O contacto com os residentes, considerado de frequência média, é caracterizado como bastante agradável e fácil. Encontrou-se uma correlação significativa entre a frequência de contacto com os residentes e a agradabilidade ( $r=0.285$ ;  $p<0.05$ ) e facilidade desse contacto ( $r=0.401$ ;  $p<0.01$ ).

Relativamente à atribuição de características positivas e negativas, quer aos residentes quer aos visitantes, foram identificadas categorias de atributos. Os dados desta classificação são apresentados nas Tabelas 18 e 19.

**Tabela 18 – Atributos característicos dos Residentes**

Tipo de Atributo	Atributo	freq
Atributos positivos	Simpatia	40
	Hospitalidade	51
	Respeito natureza	3
	Cultura própria	7
Atributos negativos	Reserva	11
	Individualismo	3
	Pouco cuidado amb.	2

**Tabela 19 – Atributos característicos dos Visitantes**

Tipo de Atributo	Atributo	freq
Atributos positivos	Simpatia	14
	Generosidade	6
	Resp./inter natur	14
	Interesse cultura	6
	Nec. tranquil.	8
	Aventura	3
Atributos negativos	Desrespeito amb.	8
	Desinteresse	5
	Turismo caça	1
	Ruído	8
	Automóveis	4

A avaliação positiva do contacto com os residentes surge também na maior atribuição de características positivas do que negativa. Dos atributos positivos caracterizadores dos residentes, destacam-se a hospitalidade e simpatia, existindo, no entanto, alguns visitantes que caracterizam os residentes como reservados.

Da atribuição de atributos aos visitantes salientam-se as características de simpatia e respeito e interesse pela natureza, encontrando-se também referências à necessidade de tranquilidade. Dos atributos negativos destacam-se o desrespeito pelo ambiente e o ruído.

No que diz respeito directamente à 2ª hipótese, foram calculadas as correlações entre a caracterização do contacto e a percepção de limitação de actividades pelos residentes. Procurou-se ainda conhecer a relação entre a caracterização do contacto e a percepção de limitação de actividades pelos outros visitantes e pelas normas do PNM.

**Tabela 20** – *Correlações entre a caracterização do contacto com os residentes e a percepção de limitação de actividades*

Contacto	Lim. residentes	Lim. visitantes	Lim. Normas PNM
Frequente	-0.434	-0.343	<b>0.717*</b>
Fácil	-0.507	-0.507	0.110
Agradável	<b>-0.756*</b>	0.189	-0.082
Enriquecedor	0.105	0.131	<b>0.730*</b>

\* $p < 0.05$

Observa-se, como previsto, uma correlação negativa entre a avaliação do contacto com os residentes e os limites que estes impõem às actividades dos visitantes, das quais é significativa a correlação entre a agradabilidade do contacto e a percepção de limitação das actividades pelos residentes.

A correlação com a percepção de limitações pelos outros visitantes e pelas normas do PNM não apresenta o mesmo perfil. Relativamente à percepção de limitação das actividades devido a normas do parque, esta apresenta-se como positiva e significativamente associada à frequência e enriquecimento do contacto com os residentes.

#### Questionário a Residentes

As médias relativas à caracterização do ambiente residencial são apresentadas na Tabela 21. Foi também efectuada uma análise das diferenças (teste *t*) entre os *items* relativos ao ambiente residencial da aldeia e ao do PNM.

**Tabela 21** – Médias e análise de diferenças relativas à percepção do ambiente residencial

Variável	Aldeia	PNM	<i>t</i>
	$\bar{X}$ (Dp)	$\bar{X}$ (Dp)	
Familiares	2.78 (0.81)	2.11 (0.83)	<b>2.13*</b>
Amigos	2.67 (1.19)	2.22 (0.94)	<b>2.41*</b>
Auxílio	3.83 (0.86)	3.33 (0.91)	<b>3.43**</b>
Cuidar aparência	3.50 (0.86)	3.06 (0.54)	<b>2.20*</b>
Preserv. Tradições	3.00 (1.14)	2.89 (0.96)	0.70
Partic. Decisões	3.11 (1.61)	1.67 (1.09)	<b>5.33***</b>

\* $p < 0.05$ ; \*\* $p < 0.01$ ; \*\*\* $p < 0.001$

Tal como se pode verificar, observa-se que os indivíduos têm mais amigos e familiares a viver na própria aldeia do que noutras localidades do parque. Além disso, consideram que as pessoas se auxiliam e cuidam mais da aparência, assim como participam mais nas decisões na sua própria aldeia do que nas relativas ao parque natural. Não se verificam diferenças significativas em relação à preservação das tradições, que é considerada média, quer na aldeia quer no parque. A maioria destes residentes revela também a participação em grupos locais, nomeadamente o conselho de aldeia e o grupo de gaiteiros (55,6%).

A apresentação dos dados relativos à 3ª hipótese inicia-se com os resultados referentes aos princípios da identidade.

**Tabela 22 – Médias e análise de diferenças relativas aos princípios da identidade**

Princípio	Variável	Aldeia	PNM	<i>t</i>
		$\bar{X}$ (Dp)	$\bar{X}$ (Dp)	
Distintividade	Mais bonita	4.50 (0.79)	3.44 (0.92)	<b>5.13***</b>
	Pessoas mais simpáticas	3.61 (0.70)	3.67 (0.69)	-0.32
Continuidade	Sinto que pertenço	4.56 (0.51)	4.00 (0.59)	<b>3.01**</b>
	Recordações	3.56 (0.71)	2.67 (0.84)	<b>3.91***</b>
Auto-estima	Orgulho	4.00 (0.91)	3.56 (0.86)	<b>2.68*</b>
	Gosto pensar que vivo	4.00 (0.77)	3.56 (0.62)	<b>2.68*</b>
Controlo	Vantagens	3.83 (0.51)	3.33 (0.59)	<b>2.70*</b>

\* $p < 0.05$ ; \*\* $p < 0.01$ ; \*\*\* $p < 0.001$

No que diz respeito à identidade com a aldeia, destacam-se os dois *items* referentes ao princípio da auto-estima, o sentimento de pertença, relativo ao princípio da continuidade, e a caracterização da própria aldeia, comparando com outras, como a mais bonita, *item* referente ao princípio da distintividade.

Na identidade com o PNM são de salientar, tal como na identidade com a aldeia, os dois *items* referentes ao princípio da auto-estima e o sentimento de pertença, relativo ao princípio da continuidade. Destaca-se ainda a caracterização das pessoas do PNM, comparando com outros parques, como as mais simpáticas, *item* que se refere ao princípio da distintividade.

Deste conjunto de *items* mais salientes, as diferenças mais significativas entre a aldeia e o parque encontram-se no *item* da distinvidade “aldeia/parque mais bonita/o”, no

*item* da continuidade “sentimento de pertença” e, também significativa embora menor, nos dois *items* da auto-estima.

Observa-se ainda uma diferença significativa no que diz respeito às recordações e às vantagens de viver, ambas maiores em relação à aldeia.

Apresentam-se de seguida algumas afirmações, quer relativas à aldeia quer ao PNM, ilustrativas da saliência dos princípios da identidade.

Em relação ao princípio da distintividade destacam-se as afirmações:

*“Penso muitas vezes no que haverá que ver aqui de tão especial para vir cá tanta gente. Porque nós estamos habituados a ver só isto e parece-nos que não vale nada mas vale. Depois encontro-lhe graça ver assim aquelas pessoas, tanta gente a ver. Realmente não sabemos apreciar o que temos aqui na aldeia. Eles vêm a ver é porque encontram algum jeito, não é?”*

Mulher, residente de Palácios

*“Para mim esta é a aldeia mais bonita, conheço esta desde pequena”*

Rapariga, residente de Palácios

*“Nós temos onde melhor se sente a gente, que é a natureza”*

Homem, residente de Montesinho

*“Eu gosto mais da nossa aqui, destas terrinhas, eu acho a nossa a mais linda”*

Mulher, residente de Rio de Onor

Para o princípio da continuidade salientam-se as afirmações:

*“Claro, sinto e sei que sou daqui”*

Mulher, residente de Palácios

*“Sim, agarrados a isto, estamos aqui, a este ambiente, não temos outro. Cá estaremos até que Deus quiser.”*

Mulher, residente de Palácios

*“As recordações de vidas que já passaram, quer dizer havia mais movimento, mais divertimento, agora já não há nada disso. Ainda hoje me lembro a mim sozinha, vem-me à ideia coisas que se faziam mas a vida hoje é assim”*

Mulher, residente de Montesinho

No que se refere ao princípio da auto-estima destacam-se as seguintes afirmações:

*“Eu sinto-me bem aqui e na serra, tinha lá muitas coisas”*

Homem, residente de Montesinho

*“Eu fui criada aqui, vivo aqui, gosto de estar aqui”*

Mulher, residente de Rio de Onor

*“Todo o mundo respira pela terra onde nasce”*

Mulher, residente de Rio de Onor

*“Ah! Gosto de viver aqui na aldeia. Na minha.”*

Mulher, residente de Palácios

Para o princípio do controlo são de realçar as afirmações:

*“Estamos mais à vontade, é mais sossegado”*

Mulher, residente de Palácios

*“Eu tirei sempre, havia pouco mas arranjei sempre trabalho”*

Homem, residente de Montesinho

*“Então um cordeirinho, uma cabra ou um cabrito, e agora, antes não, mas agora já se mata um vitelo quando alguém vem a casa, como os irmãos”*

Mulher, residente de Rio de Onor

*“Talvez tenha algumas (vantagens) que não haja noutros sítios. O campo a gente gosta de ter, plantamos uns castanheiros, e reparar as coisas que temos, olhar por elas. Só que se vá conservando já é bom”*

Homem, residente de Montesinho

Apresentam-se igualmente afirmações relevantes sobre as implicações da criação do PNM, o turismo e opinião geral sobre a existência de áreas protegidas:

*“Mudou alguma coisa mas o resto é a mesma coisa, mudou o investimento que fizeram, melhoramentos, o museu, algum emprego ...em Montesinho plantaram castanheiros”*

Homem, residente de Palácios

*“Anda tudo mais à vontade, não gostam e fogo, a gente também não faz. Antigamente, só queriam lenha e agora o parque não, convive com as aldeias”*

Mulher, residente de Montesinho

*“Nós vemo-los a eles que nos vêm visitar, ficamos contentes. Eles também gostam de vir e encontram isto aqui, que será bonito pois, esta zona para aqui para cima do parque”*

Mulher, residente de Palácios

*“Pois claro que está diferente porque se vê aqui muita gente, vem muita gente ver o museu e a gente gosta de ver, de conversar”*

Mulher, residente de Palácios

*“Há muita gente que chega aqui, vinda a pé, e perguntam se alguém tem mapas para continuar o parque. Não temos, e torna-se perigoso uma pessoa que vá sozinha, não conhece bem isto”*

Homem, residente de Montesinho

*“É importante (áreas protegidas) porque protegem de poluir, dos fogos”*

Homem, residente de Palácios

*“Sim, sim (área protegidas), assim protege-se mais a natureza e os bichos”*

Rapaz, residente de Palácios

*“Devia vir mais gente porque se torna mais alegre o nosso povo. Quando anda mais gente isto está mais alegre”*

Mulher, residente de Rio de Onor

Foram também calculadas as correlações entre o orgulho em viver no PNM e as variáveis relativas aos princípios da identidade com a aldeia e com o PNM. Os resultados são apresentados nas tabelas 24 e 35.

**Tabela 24:** *Correlações entre o orgulho em viver no PNM e as variáveis relativas aos princípios da identidade com a aldeia*

Mais bonita	Mais simpáticas	Sinto que pertença	Recordações	Orgulho	Gosto pensar que vivo	Vantagens
<b>0.525*</b>	0.088	0.060	<b>0.531*</b>	<b>0.682**</b>	0.448	0.356

\*p<0.05; \*\*p<0.01

**Tabela 25:** *Correlações entre o orgulho em viver no PNM e as restantes variáveis relativas aos princípios da identidade com oPNM*

Mais bonito	Mais simpáticas	Sinto que pertença	Recordações	Gosto pensar que vivo	Vantagens
<b>0.638**</b>	-0.067	0.347	0.109	<b>0.831***</b>	-0.154

\*\*p<0.01; \*\*\*p<0.001

O orgulho em viver no PNM apresenta-se positivamente e significativamente associado a variáveis relativas aos princípios da distintividade, continuidade e auto-estima, nomeadamente à avaliação da própria aldeia como a mais bonita, às recordações e orgulho em viver na aldeia, e ainda à avaliação do PNM como o parque natural mais bonito e o agrado em pensar que se vive no parque natural.

Seguidamente são apresentados os resultados relativos à identificação dos locais preferidos pelos residentes e a identificação, com base no mapa do PNM, das áreas de pertença aos residentes, visitantes e natureza mais frequentemente atribuídas a estas três entidades pela amostra de residentes do PNM. Em cada mapa, a progressiva densidade da cor revela uma maior frequência de resposta.

**Tabela 26:** *Locais preferidos pelos residentes*

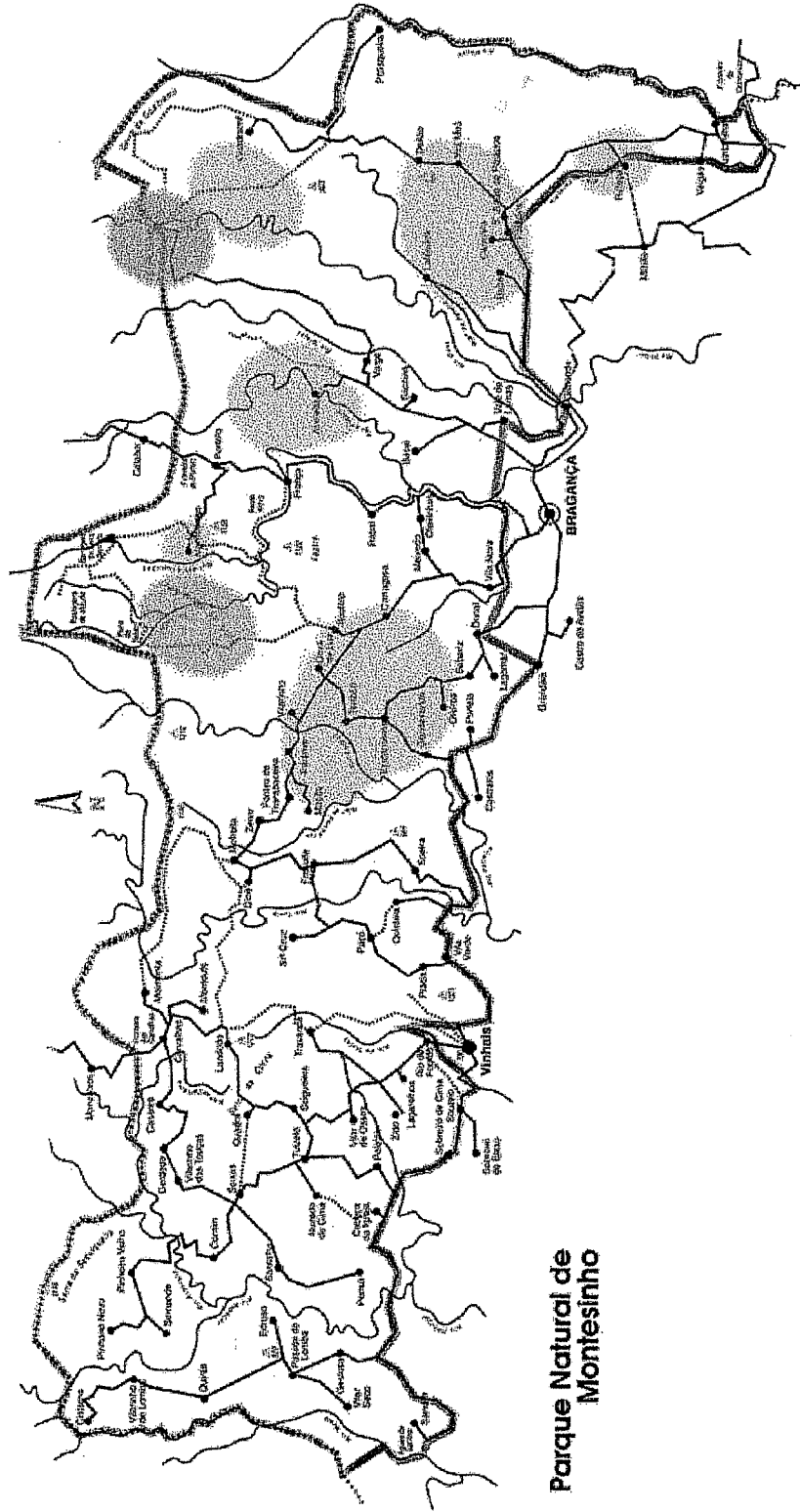
Local preferido	freq	%
Rio de Onor	4	25
Onor	2	12.5
Palácios	4	25
L. Grande/Past. altitude	1	6.3
Barragem S. Serrada	1	6.3
Montesinho (aldeia)	2	12.5
Vale do Rio Sabor	3	18.8
Serra de Montesinho	4	25
Percurso Moimenta/Vinhais	1	6.3

Da identificação do local preferido por parte dos residentes destaca-se as aldeias de Rio de Onor e Palácios, duas das aldeias onde foram aplicados os questionários a residentes, e ainda a zona da Serra de Montesinho e vale do Rio Sabor, que se situam na proximidade da terceira aldeia alvo, a aldeia de Montesinho.

Observa-se uma semelhança bastante grande entre a avaliação dos locais preferidos pelos residentes e os visitantes. Com efeito, ambos os grupos referem a preferência pela aldeia de Rio de Onor, a Serra de Montesinho, o vale do Rio Sabor, além da aldeia de Montesinho

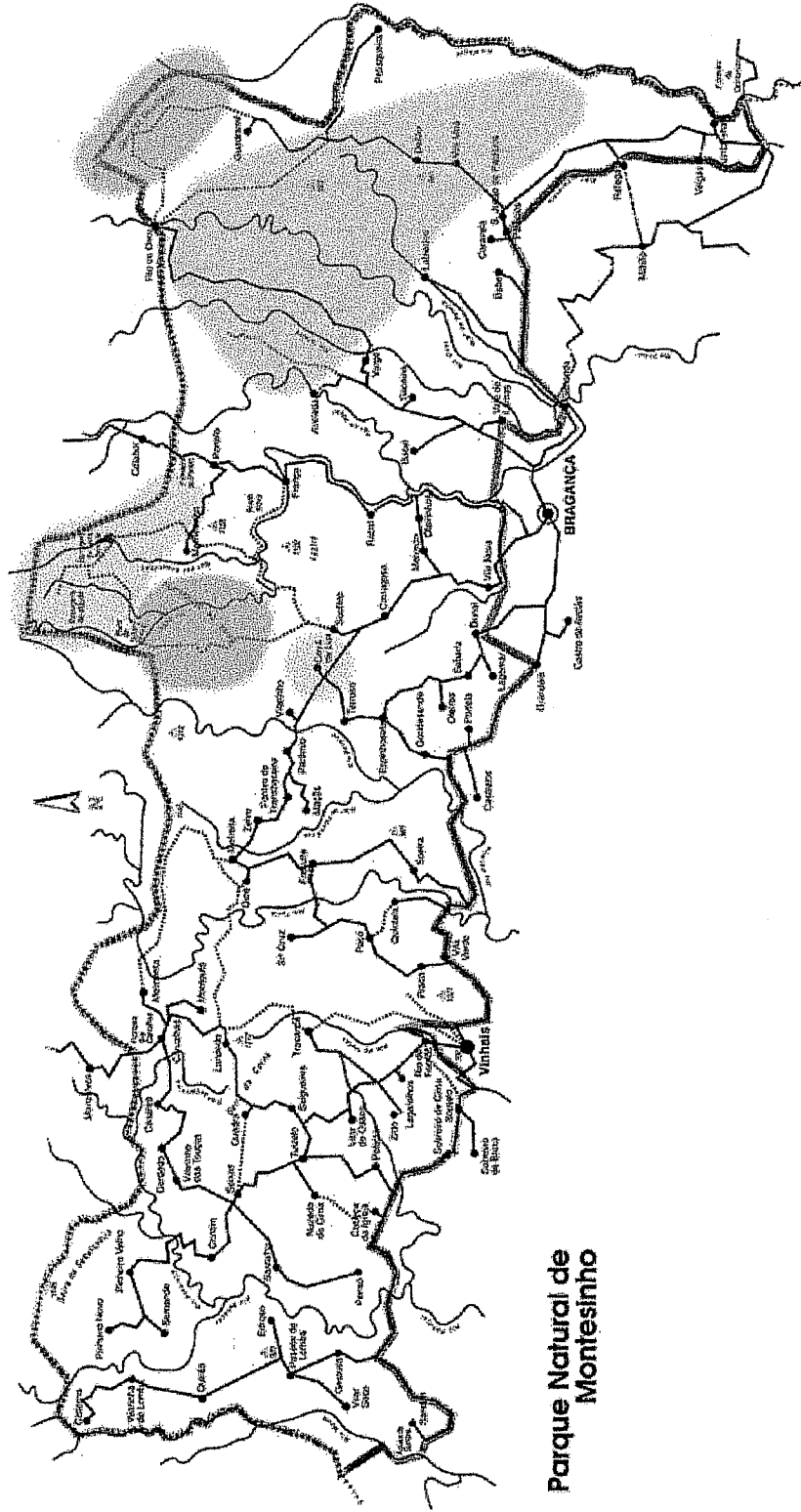
A apresentação e análise das respostas ao mapa do PNM segue o mesmo procedimento que o utilizado para as respostas dos visitantes. É de referir, no entanto, que a maioria dos residentes contactados não têm um conhecimento alargado do PNM, o que dificultou a resposta a esta questão.

Mapa 5: Residentes - identificação das áreas pertença dos residentes do PNM





Mapa 7: Residentes - identificação das áreas pertença da natureza do PNM



As áreas consideradas pertença dos residentes referem-se essencialmente a aldeias, além da Serra de Montesinho e da zona entre Rio de Onor e Guadramil. As aldeias de Montesinho, Rio de Onor e Guadramil são também consideradas pertença dos visitantes, além da Serra de Guadramil. Esta última é ainda assinalada como zona natureza, incluindo-se também nesta classificação Cova de Lua, a Serra de Montesinho, a área entre a aldeia de Montesinho e as pastagens de altitude, bem como as área de Onor e Alta Lombada, na zona este do PNM.

As aldeias de Montesinho e Rio de Onor são simultaneamente consideradas pertença dos residentes e visitantes, enquanto que a Serra de Guadramil, além de ser assinalada como pertença da natureza é também considerada como zona visitantes. Por outro lado, algumas áreas da zona este do parque natural são consideradas pertença da natureza e também dos residentes.

Em relação à 4ª hipótese são apresentadas as médias relativas ao contacto com os visitantes bem como os dados relativos à caracterização dos visitantes e residentes.

**Tabela 27 – Médias relativas à caracterização do contacto com os visitantes**

Contacto	$\bar{X}$	Dp
Frequente	3.89	1.08
Fácil	4.00	0.91
Agradável	4.22	0.65
Enriquecedor	3.06	1.11

A caracterização do contacto com os visitantes é considerada como bastante frequente e sobretudo agradável e fácil. A frequência de contacto está significativamente

associada à sua caracterização como fácil ( $r=0.8413$ ;  $p<0.001$ ), enriquecedor ( $r=0.6933$ ;  $p<0.01$ ) e agradável ( $r=0.6277$ ;  $p<0.05$ ).

Comparando com a caracterização feita pelos visitantes, em relação ao seu contacto com os residentes, podemos observar que os residentes têm maior percepção de frequência de contacto, que consideram esse contacto menos agradável, embora igualmente positivo, menos enriquecedor e igualmente fácil.

**Tabela 28 – Atributos característicos dos Residentes**

Tipo de Atributo	Atributo	freq
Atributos positivos	Simpatia	6
	Hospitalidade	5
	União	4
Atributos negativos	Mesquinhez	4
	Pobreza/humildade	3
	Mesma ocupação (agricul.)	1

**Tabela 29 – Atributos característicos dos Visitantes**

Tipo de Atributo	Atributo	freq
Atributos positivos	Simpatia	12
	Educação	6
	Interesse	7
	Conhecim. ambs	2
Atributos negativos	Aspecto físico	1
	Desinteresse	4
	Trocista	1

Observa-se ainda que os atributos positivos característicos dos residentes são predominantemente a simpatia e hospitalidade, e que os dos visitantes são também a simpatia e o interesse. Esta caracterização é semelhante à que os visitantes evidenciam. Com efeito, as características predominantemente atribuídas aos residentes eram a hospitalidade e a simpatia, e aos visitantes também a simpatia e o interesse e respeito pela natureza. Dos atributos negativos, o predominante na caracterização dos residentes é a mesquinhez e na dos visitantes o desinteresse.

## DISCUSSÃO

O primeiro objectivo deste trabalho era o de caracterizar os visitantes do PNM, as suas motivações e os determinantes da avaliação da sua visita.

Verificámos que uma das características salientes do perfil da amostra de visitantes desta investigação é o facto da maioria serem indivíduos de formação superior, provenientes de áreas urbanas e que valorizam a preservação do património ambiental e cultural.

Este padrão é semelhante ao encontrado noutros estudos realizados. Com efeito, os valores habitualmente associados às áreas protegidas dizem respeito primordialmente à preservação do ambiente existente, sendo esta atitude pró-conservação particularmente evidente em indivíduos com formação universitária e de origem urbana (Sell e Zube, 1986).

A motivação subjacente à visita ao parque natural que mais se destaca neste estudo é a que se refere a actividades associadas à contemplação e conhecimento da natureza, a qual é também normalmente observada com maior evidência em indivíduos com formação superior e que habitam áreas urbanas (Hendee et al., 1971, cit in Mercer, 1976). A vida em ambiente urbano, caracterizado pelo afastamento do ambiente natural, conduz ao desenvolvimento de atitudes apreciadoras face à natureza, contrapondo-se a uma atitude utilitária que se pode encontrar mais nos indivíduos rurais (Mercer, 1976).

A avaliação francamente positiva que os visitantes fazem da sua estadia no PNM está fortemente associada à satisfação de necessidades de conforto, descontração e facilidade de deslocação. Estas por sua vez podem ser consideradas como importantes para a prossecução das expectativas associadas às motivações que os visitantes

apresentam para visitar um parque natural, tais como a oportunidade de contactar com a natureza e a tranquilidade.

Estas expectativas podem estar ligadas aos efeitos recuperadores que o ambiente natural pode proporcionar. Dada a importância que estas necessidades têm para os visitantes compreende-se que a avaliação dos outros visitantes do parque natural seja influenciada pelo impacto do ruído e da presença excessiva de automóveis. Com efeito, estudos existentes mostram que este tipo de turistas têm preocupações efectivas com o nível de interacção com outros visitantes, o qual é habitualmente desejado como reduzido (Stankey, 1989). Estes baixos níveis de interacção procurados podem também explicar a fraca associação entre a avaliação da estadia no parque natural e a participação e integração em actividades colectivas. Com efeito, estas não constituem uma motivação primordial dos visitantes, que ao invés procuram a tranquilidade e o sossego, num ambiente que contraste com a agitação da vida urbana.

Algumas das motivações específicas de visita ao PNM são relativas ao nível de conservação da natureza existente bem como à reduzida afluência turística, as quais são tidas como importantes factores de satisfação das motivações gerais de visita a uma área protegida, nomeadamente o contacto com a natureza e o sossego.

Dado que a avaliação da estadia no PNM se revela fortemente positiva, e dada a crescente tendência para que o turismo em áreas protegidas aumente, é provável que no PNM se venha a registar o mesmo aumento. As consequências deste processo, dado o impacto consequente, podem conduzir a uma alteração das características hoje valorizadas pelos visitantes deste parque natural, nomeadamente o sossego e tranquilidade associado ao reduzido nível de turismo. Pode observar-se inclusive uma alteração do perfil do visitante e do tipo de actividades desenvolvidas, as quais poderão ter um impacto ambiental significativo.

Diferentes aspectos das dimensões do espaço público apresentam uma relação significativa com a avaliação da estadia, podendo ser associadas a valor positivo que esta assume. Assim, estes resultados mostram que esta é uma conceptualização que se revela útil como quadro de referência para a análise da questão da utilização das áreas protegidas pelos visitantes que as procuram.

Algumas destas questões, particularmente o que se refere às necessidades de conforto e descontração estão directamente relacionadas com a questão da relação entre comportamento e ambiente natural, nomeadamente com as motivações associadas habitualmente à procura dos ambientes naturais. Isto porque constituem factores essenciais ao encontro com a natureza, motivação primordial dos visitantes do PNM.

Por outro lado, questões como a deslocação e movimentação, mais ligadas à dimensão direitos, aparecem aqui como um aspecto também associado à avaliação da estadia. Com efeito, a possibilidade de efectuar com facilidade as deslocações no interior do parque natural, é um factor fortemente associado à avaliação da visita. A avaliação menos positiva que os visitantes fazem da deslocação é também revelada pela indicação de necessidades não satisfeitas e sugestões, que dizem respeito predominantemente à maior necessidade de existência de percursos pedestres ou em bicicleta e também ao transporte entre as diferentes áreas do parque. Os estudos sobre turismo em áreas naturais normalmente não valorizam nem referem esta temática, que aqui aparece como relevante para a análise dos resultados da estadia na área protegida.

A avaliação das implicações para a identidade dos residentes do PNM do facto de viverem numa área natural protegida constituía o segundo objectivo desta investigação. Para isso procurou-se estudar quer a identidade com o PNM quer a identidade com a aldeia de residência.

Na identidade com a aldeia revelam-se importantes as questões relativas ao princípio da auto-estima, da distintividade e continuidade. Para a identidade com o PNM, contribuem essencialmente os princípios da auto-estima e distintividade, tal como na identidade com a aldeia, sendo, no entanto, o princípio da continuidade menos relevante.

Os resultados revelam que o contributo da identidade com a aldeia para a identidade dos residentes é mais significativo do que o da identidade com o PNM. No entanto, esta última segue um padrão semelhante à identidade com a aldeia, sendo aqui igualmente relevantes os princípios da auto-estima e distintividade. O orgulho em viver no PNM apresenta uma associação positiva e significativa com a sua avaliação como o parque natural mais bonito, com o orgulho em viver na aldeia, a avaliação desta como a mais bonita e as recordações da aldeia. Estas relações mostram que a identidade com o PNM está bastante associada à identidade com a aldeia, estando o orgulho em viver no PNM relacionado com o facto de se salientar a beleza das aldeias e do próprio parque natural. Este dado aponta para uma valorização do património natural e cultural do PNM por parte dos seus residentes e mostra que a identidade com o PNM decorre de uma forte auto-estima bastante associada à valorização da beleza do parque natural. A este dado não será alheia a percepção que os residentes têm das implicações da criação do PNM, nomeadamente na melhoria de infra-estruturas nas aldeias e afluência de visitantes que revelam uma avaliação muito positiva sobre o parque natural.

A maior relevância dada pelos residentes à sua aldeia, comparativamente com a integração no PNM, poderá estar relacionada com o facto de a maioria dos sujeitos constituintes da amostra serem de idade avançada e terem residido praticamente toda a sua vida na aldeia, além do estilo de vida se caracterizar por uma mobilidade reduzida.

Os resultados mostram que a identidade com o parque natural se está a desenvolver a partir da identidade com a aldeia e é indissociável da forma que esta assume para os residentes do PNM. Dado que os residentes não evidenciam uma noção geral do parque na sua totalidade, parece relevante que se desenvolva este conhecimento. Desta forma se poderá dar um contributo importante para a formação da identidade com o PNM.

O terceiro objectivo deste estudo era avaliar as percepções recíprocas entre os visitantes e os residentes do PNM.

Em relação aos visitantes, observa-se uma avaliação bastante positiva do contacto com os residentes, a qual está associada à fraca percepção de limitações exercidas por estes sobre as actividades desenvolvidas pelos primeiros. Aliás, a grande maioria dos visitantes não sente limitações significativas de nenhum tipo que possam afectar a forma como desenvolve as suas actividades e o desenrolar da sua estadia no PNM. Quando é percebida uma limitação de actividades devido às normas do parque natural, relativas por exemplo à pernoita ao ar livre, os visitantes tendem a permanecer mais nas aldeias o que poderá estar associado a um contacto mais frequente e enriquecedor.

No que diz respeito aos residentes, a avaliação que fazem do contacto com os visitantes do PNM é também bastante positiva, seguindo o mesmo perfil que a avaliação feita pelos visitantes, isto é, o contacto é definido sobretudo como agradável, fácil e um pouco menos enriquecedor.

A semelhança de caracterização da relação entre residentes e visitantes é também evidente na identificação de atributos que os residentes fazem quer para os próprios quer para os visitantes. De facto, os residentes caracterizam-se a si mesmos como

simpáticos e hospitaleiros, características estas que os visitantes atribuem igualmente aos residentes do PNM. Em relação à caracterização dos visitantes, verifica-se que estes são definidos pelos próprios e pelos residentes como simpáticos e respeitadores e interessados pela natureza e cultura locais e que, quando estas características não estão presentes isso é avaliado como negativo.

Esta reciprocidade de avaliação do contacto e caracterização positiva dos visitantes e residentes do PNM poderá estar relacionada com a avaliação do impacto do turismo e opinião favorável ao seu crescimento, por parte dos residentes.

Observou-se igualmente uma semelhança entre os visitantes e residentes do PNM no que diz respeito à definição dos locais preferidos e identificação das áreas mais associadas aos residentes, aos visitantes e à natureza, embora os residentes não revelem uma imagem global do parque.

Além de se observar uma tendência para os residentes preferirem, de um modo geral, a sua própria aldeia, sobretudo em Rio de Onor e Palácios, verifica-se que os locais preferidos, quer pelo grupo de visitantes quer de residentes, se referem à aldeia de Rio de Onor e área circundante, bem como a toda a área de Montesinho que, inclui não só a aldeia de Montesinho como também o vale do Rio Sabor, as pastagens de altitude e a própria Serra de Montesinho.

Em relação à identificação das áreas de pertença também se registam algumas aproximações entre residentes e visitantes.

As semelhanças, entre residentes e visitantes, que se observam na definição das áreas de pertença dos residentes e da natureza mostram que não existem divergências significativas a este nível entre ambos os grupos. Por outro lado, verifica-se que em relação à zona central do parque natural, nomeadamente a Serra de Montesinho, os visitantes definem-na como uma área quer dos residentes quer de si próprios,

enquanto que os residentes a excluem das pertenças aos visitantes, limitando estes à aldeia de Montesinho. Dada a pressão turística que se regista nesta área do parque natural, evidente na sua definição como pertença dos visitantes por parte deste grupo e na identificação dos locais preferidos, é possível prever algumas divergências acerca da ocupação e utilização turística desta zona. O mesmo processo é previsível para outras zonas do parque, embora a relevância não pareça tão forte, como é o caso das aldeias onde se situam os museus rurais ou dos percursos entre Bragança e Rio de Onor e a fronteira do Portelo.

Esta investigação mostra que a adopção de uma perspectiva de utilização das áreas protegidas como espaço público se pode revelar bastante útil, quer para a avaliação dos determinantes da satisfação da visita quer das suas consequências ao nível dos visitantes. Um estudo mais aprofundado, quer com o alargamento da amostra quer com uma melhoria da consistência dos índices relativos às dimensões do espaço público no questionário a visitantes poderia proporcionar uma adaptação desta abordagem teórica às áreas naturais protegidas, onde até agora não tem sido aplicada. Paralelamente a esta abordagem, a identificação dos perfis de visitantes e dos padrões de utilização e actividades desenvolvidas no decorrer da visita pode contribuir ainda para a definição de estratégias relativas ao turismo nestas áreas.

No que diz respeito ao estudo da identidade dos residentes, este estudo aponta, tal como outros referidos atrás, para uma importância da consideração simultânea e não compartimentada dos diferentes aspectos da identidade.

Com efeito, os resultados relativos à identidade dos residentes apontam para uma relação entre as identificações com a aldeia e com o PNM, dado que se observa relativamente a ambas uma saliência dos mesmos princípios da identidade,

nomeadamente a auto-estima e distintividade, bem como associações ao nível destes princípios quando se referem à aldeia e ao PNM. Verifica-se, contudo uma maior relevância e contributo para a identidade dos indivíduos da identificação com a aldeia, o que poderá estar relacionado com a história recente do PNM e implicações da sua criação nas actividades e modos de vida dos seus habitantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardwell, L. V. (1987) Nature around the corner: the role of size in nearby natural urban areas. In J. Harvey & D. Henning (Eds), Public environments. Proceedings of the eighteenth international conference of the Environmental Design Research Association, (pp. 49).

Bell, P. A., Greene, T. C., Fisher, J. D. & Baum, A. (1996). Environmental Psychology (4<sup>th</sup> ed.). Fort Worth, TX: Harcourt Brace.

Bequette, F. (1994). Le dilemme des parcs nationaux. Le Courrier de L'UNESCO, Avril, 27-29.

Bixler, R. D. & Floyd, M. F. (1997). Nature is scary, disgusting, and uncomfortable. Environment and Behavior, 29 (4), 443-467.

Bonaiuto, M., Breakwell, G. M. & Cano, I. (1996). Identity processes and environmental threat: the effects of nationalism and local identity upon perception of beach pollution. Journal of Community and Applied Social Psychology, 6, 157-175.

Bonnes, M. & Secchiaroli, G (1995). Environmental psychology. A psycho-social introduction. London: SAGE.

Breakwell, G. M. (1986). Coping with threatened identities. London: Methuen.

Breakwell, G. M. (1992). Processes of self-evaluation: efficacy and estrangement. In G. M. Breakwell (Ed), Social psychology of identity and the self-concept. Surrey: Surrey University Press.

Breakwell, G. M. (s.d.). Social representational constraints upon identity processes. Chapter to appear in a book edited by Philogene and Deaux following the conference on social representations which took place in New York in October 1998.

Buckley, R. (1991). Perspectives in environmental management. Berlin: Springer-Verlag.

Butler, R. W. (1991). Tourism, environment, and sustainable development. Environmental Conservation, 18 (3), 201-209.

Carr, S., Francis, M., Rivlin, L. G. & Stone, A. M. (1992). Public space. Cambridge: Cambridge University Press.

Catton, W. R., Jr. (1983). Social and behavioral aspects of the carrying capacity of natural environments. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Behavior and the natural environment. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 6 (pp. 269-306). New York: Plenum Press.

Devine-Wright, P. & Lyons, E. (1997). Remembering pasts and representing places: The construction of national identities in Ireland. Journal of Environmental Psychology, 17, 33-45.

Finney, M. (1989). Protected areas: Are tourist, recreation and leisure activities compatible? In II Congresso de áreas protegidas: Comunicações (pp 881-885). Lisboa: SEARN-SNPRCN.

Francis, M. (1987). Urban open spaces. In E. H. Zube & G. T. Moore, (Eds.), Advances in environment, behavior, and design. Vol.1 (pp. 71-106). New York: Plenum Press.

Francis, M. (1989). Control as a dimension of public-space quality. In I. Altman & E. H. Zube (Eds.), Public places and spaces. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 10 (pp. 147-172). New York: Plenum Press.

Francis, M., Rivlin, L., Stone, A. & Carr, S. (1983). Workshop on the assessment of public open spaces: workshop summary. In D. Amedeo, J. B. Griffin & J. J. Potter (Eds), Proceedings of the fourteenth international conference of the Environmental Design Research Association, (pp.261). Lincoln: EDRA.

Giuliani, M. V. & Feldman, R. (1993). Place attachment in a developmental and cultural context. Review essay. Journal of Environmental Psychology, 13, 267-274.

Guerra, C. (1989). O turismo pelos recursos naturais e culturais e não à sua custa. In II Congresso de áreas protegidas: Comunicações (pp 881-885). Lisboa: SEARN-SNPRCN.

Guerra, C. (s.d.). Parque Natural de Montesinho. Correio da Natureza. Suplemento, 21.

Hanneberg, P. (1994). Ecotourism or ecoterrorism? Enviro, 17.

Jacobson, S. K. & Robles, R. (1992). Ecotourism, sustainable development, and conservation education: Development of a tour guide training program in Tortuguero, Costa Rica. Environmental Management, 16 (6), 701-713.

Kaplan, R. (1983). The role of nature in the urban context. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Behavior and the natural environment. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 6 (pp. 127-161). New York: Plenum Press.

Kaplan, R. & Kaplan, S. (1989). The experience of nature: A psychological perspective. Cambridge: Cambridge University Press.

Kaplan, R., Kaplan, S. & Ryan, R. L. (1998). With people in mind: Design and management of everyday nature. Washington, D.C.: Island Press.

Kaplan, S. & Kaplan, R. (1983). Cognition and environment: Functioning in an uncertain world. Ann Arbor, M.: Ulrich's.

Kaplan, S. & Talbot, J. F. (1983). Psychological benefits of a wilderness experience. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Behavior and the natural environment. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 6 (pp. 163-203). New York: Plenum Press.

Knopf, R. C. (1983). Recreational needs and behavior in natural settings. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Behavior and the natural environment. Human behavior and environment: Advances in theory and research: Vol 6 (pp. 205-240). New York: Plenum Press.

Knopf, R. C. (1987). Human behavior, cognition, and affect in the natural environment. In D. Stokols, & I. Altman, (Eds), Handbook of environmental psychology. Vol.1 (pp. 783-825). New York: John Wiley & Sons.

Korpela, K. & Hartig, T. (1996). Restorative qualities of favorite places. Journal of Environmental Psychology, 16, 221-233.

Korpela, K. M. (1995) Place-identity as a product of environmental self-regulation. In L. Groat (Ed), Readings in environmental psychology. Giving places meaning (pp115-130). London: Academic Press. (Reprint of J. Env. Psych. 1989, 9, 241-256).

Lalli, M. (1988). Urban identity. In D. Canter, J. Jesuino, L. Sozcka & G. Stephenson (Eds), Environmental social psychology. Dordrecht: Kluwer, pp 303-311.

Lalli, M. (1992). Urban related identity: Theory, measurement, and empirical findings. Journal of Environmental Psychology, 12, 285-303.

Leitão, A. (1988). Turismo em áreas protegidas. Correio da Natureza, 3, 16-24.

Lynch, K. (1989). A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70.

Low, S. & Altman, I. (1992). Place attachment: a conceptual inquiry. In I. Altman & S. Low (Eds), Place attachment. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol. 12 (pp 3-11). New York: Plenum Press.

Machlis, G. E. (1989). Managing parks as human ecosystems. In I. Altman & E. H. Zube (Eds.), Public places and spaces. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 10 (pp. 255-275). New York: Plenum Press.

Mausner, C. (1996). A kaleidoscope model: Defining natural environments. Journal of Environmental Psychology, 16, 335-348.

McAndrew, F. T. (1993). Environmental psychology. Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Company.

Mercer, D. C. (1976). Motivational and social aspects of recreational bahavioral. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Human behavior and environment: Advances in theory and research: Vol. 1 (pp. 123-161). New York: Plenum Press.

Moreau, E. (1989). Tourisme et conservation de la nature, L'eau et le feu? In II Congresso de áreas protegidas: Comunicações (pp 887-891). Lisboa: SEARN-SNPRCN.

Murphy, P. E. (1987). Tourism: A community approach. New York: Methuen.

Pitt, D. G. & Zube, E. H. (1987). Management of natural environments. In D. Stokols, & I. Altman, (Eds), Handbook of environmental psychology (Vol.2) (pp. 825-1009). New York: John Wiley & Sons.

Proshansky, H. M. & Fabian, A. K. (1987). The development of place identity in the child. In C. S. Weinstein & T. G. David (Eds.). Spaces for children. The built environment and child development. New York: Plenum Press.

Proshansky, H. M., Fabian, A. K. & Kaminoff, R. (1983). Place-identity: physical world socialization of the self. In L. Groat, (1995) (Ed) Giving places meanings. Readings in environmental psychology, Vol. 4. London: Academic Press. (Reprint of J. Env. Psych. 1983, 3, 57-83).

PNUA (1982). O ambiente no mundo 72-82 III. Lisboa:GEPAT - MPAT.

Rubinstein, R. L. & Parmelee, P. A. (1992). Attachment to place and the representation of the life course by the elderly. In I. Altman & S. M. Low (Eds). Place attachment. Human behavior and environment. Advances in theory and research. Vol. 12. (pp 139-163). New York: Plenum Press.

Sell, J. L. & Zube, E. H. (1986). Perception of and response to environmental change. Journal of Architectural and Planning Research, 3, 33-54.

Sirgado, J. R. (1993). Turismo nas regiões portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século. Inforgeo, 6, 21-36.

Sluman, B. (1985). Parks, tourism and recreation. European Bulletin. Nature and National Parks, 23 (87/88), 22-26.

Sluman, B. (1986). Parks, tourism and recreation. Concluding the social report on last year's General Assembly in Corsica. European Bulletin. Nature and National Parks, 24 (89), 7-10.

Speller, G. M. (1988). Landscape, place and the psycho-social impact of the channel tunnel terminal project. Unpublished MSc thesis, Department of Psychology, University of Surrey.

Speller, G. M. & Sime, J. (1993). Anticipating environmental change: therelocation of a village and its psycho-social consequences. People and Physical Environment Research, 3-18.

Stankey, G. H. (1989). Solitude for the multitudes. Managing recreational use in the wilderness. In I. Altman & E. H. Zube (Eds.), Public places and spaces. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 10 (pp. 277-299). New York: Plenum Press.

Stone, A. (Ed.) (1981). Proceedings of the conference on place and identity. Center for Human Environments.

Stringer, P. (1976). The natural environment. In D. Canter, P. Stringer, I. Griffiths, P. Boyce, D. Waiters & C. Kenny (Eds.), Environmental interaction: Psychological approaches to our physical surroundings (pp. 281-319). New York: International University Press.

Twigger-Ross, C. T. & Uzzell, D. L. (1996). Place and identity processes. Journal of Environmental Psychology, 16, 205-220.

UNEP (1992). Sustainable tourism development. Industry and Environment, 15, (3-4), 1-2.

UNEP (1992). Tourism and the environment: facts and figures. Industry and Environment, 15, (3-4), 3-2.

Wohlwill, J. F. (1983). The concept of nature: A psychologist's view. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Eds.), Behavior and the natural environment. Human behavior and environment: Advances in theory and research. Vol 6 (pp. 5-37). New York: Plenum Press.

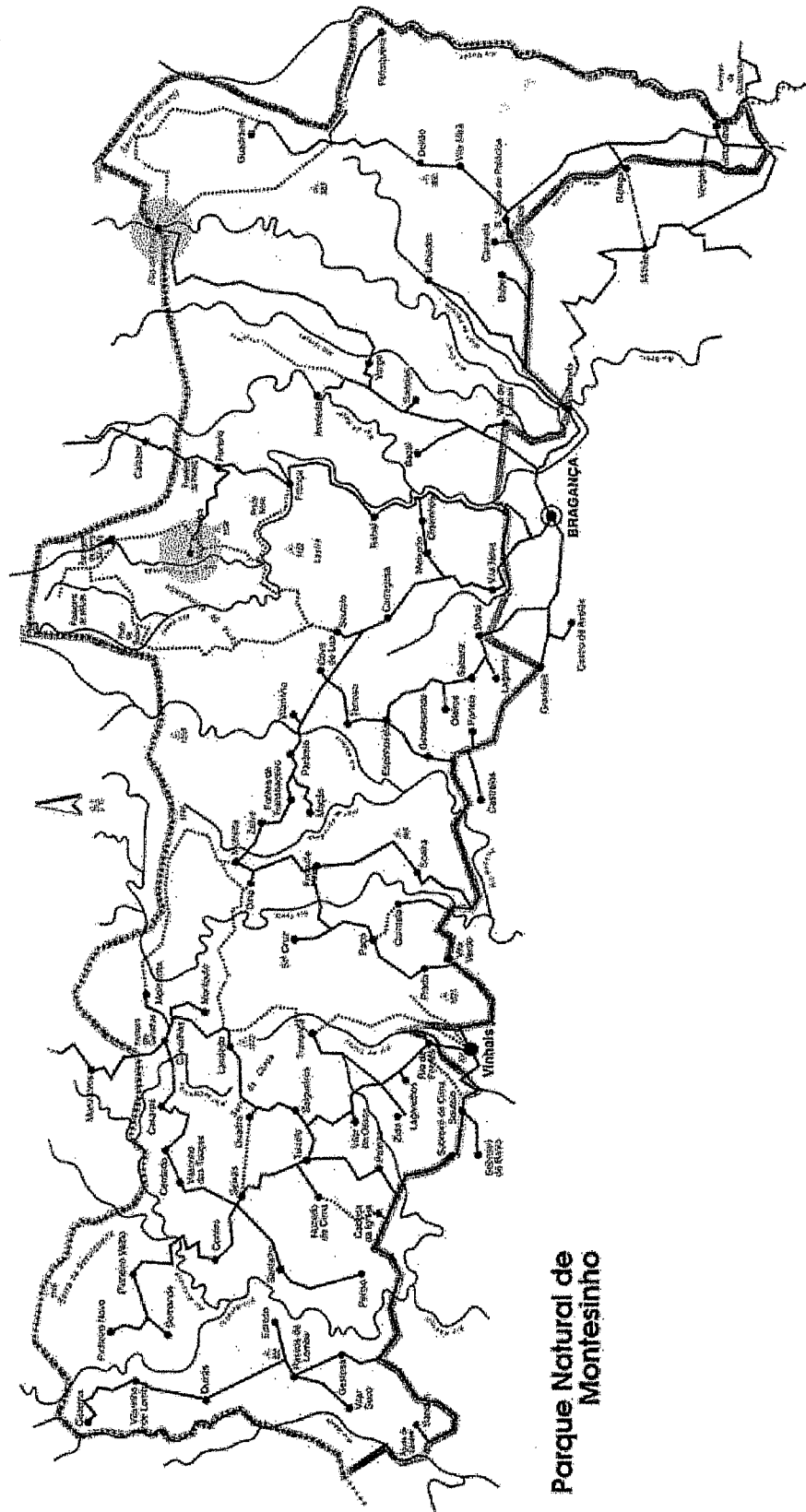
ICN (s.d.). Parque Natural de Montesinho. Retirado em 15 de Maio de 1999 da World Wide Web: [www.icn.pt/parques/pnm/pnm.html](http://www.icn.pt/parques/pnm/pnm.html).

## ANEXOS

## ANEXO A



## ANEXO B



**Parque Natural de Montesinho**

## ANEXO C

## QUESTIONÁRIO A VISITANTES

Este trabalho insere-se no âmbito de uma investigação sobre a avaliação e percepção do Parque Natural de Montesinho (PNM) pelos seus visitantes e residentes. Sendo a sua opinião muito importante, solicitamos a sua colaboração.

### Caracterização dos visitantes

#### Residência :

- Português: Região \_\_\_\_\_
- Estrangeiro: País \_\_\_\_\_

#### Ficou a residir dentro do PNM?

- Não
- Sim. Onde ficou dentro do PNM?
  - Parque de campismo
  - Casa do parque
  - Turismo rural
  - Casa de aldeia
  - Outro

#### Com quem veio?

- Familiares
- Amigos
- Sózinho

#### Grupo etário

- de 20
- 20-30
- 30-40
- 40-50
- mais de 50

Profissão: \_\_\_\_\_

#### Sexo

- Feminino
- Masculino

Formação: \_\_\_\_\_

#### É a primeira vez que visita o PNM?

- Sim
- Não. Quantas vezes já cá esteve? \_\_\_\_\_

#### Quanto tempo permaneceu no PNM?

\_\_\_\_\_ dias

#### Já visitou outros parques?

- Sim
- Não

### Motivos da estadia

Porque escolheu passar férias num parque natural?

Porque escolheu o Parque Natural de Montesinho?

**Durante a sua estadia, realizou alguma das seguintes actividades?**

- percurso pedestre
- actividades no rio
- cicloturismo
- picnic
- observação da natureza
- passeios a cavalo
- outras actividades de montanha

**Relativamente aos caminhos, e aos acessos às diferentes partes do parque, diria que:**

- Os caminhos são confortáveis      Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- Há facilidade de acesso              Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- Há facilidade de deslocação        Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- Os caminhos são seguros            Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- Os caminhos estão sinalizados      Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- Os caminhos são limpos              Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo

**Durante a sua estadia no parque, sentiu-se de alguma maneira limitado nas suas actividades?**

- Não
- Sim

Até que ponto se sentiu limitado?

- pela presença de outros visitantes      Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- pelos residentes do PNM                  Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
- pelas normas do PNM                      Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo

As pessoas no parque não se encontram todas nas mesmas zonas. Assinale no mapa as zonas que considera serem preferencialmente dos residentes (R), as que são preferencialmente dos visitantes (V), as que são de ambos (A) e as que são preferencialmente da Natureza (animais e plantas do parque - N).

## Avaliação dos residentes

**Como classifica os seus contactos com os residentes do parque?**

Nulos      1 2 3 4 5      Frequentes

**Como avalia os seus contactos com os residentes do parque?**

Difíceis                      1 2 3 4 5      Fáceis

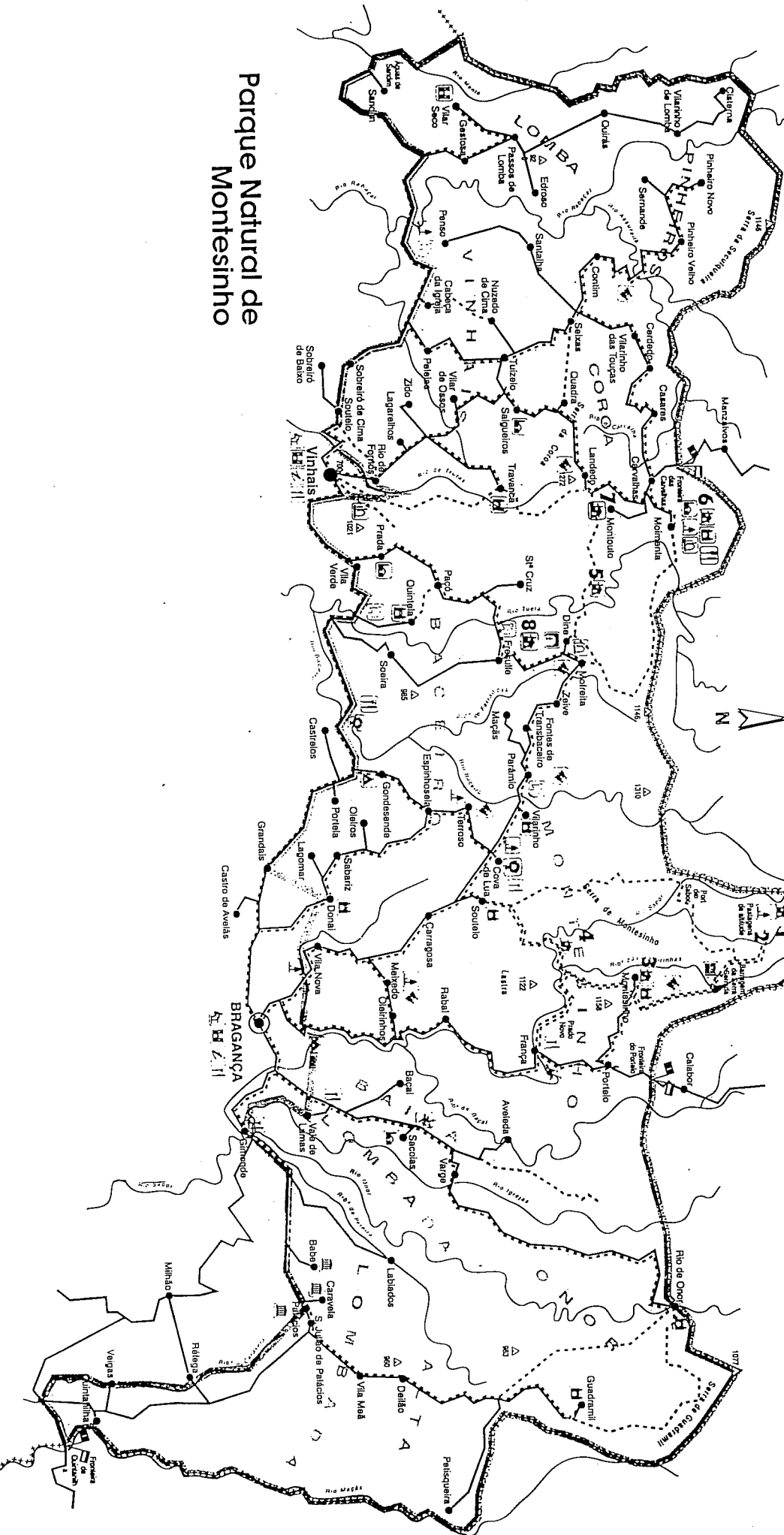
Desagradáveis            1 2 3 4 5      Agradáveis

Nada enriquecedores    1 2 3 4 5      Muito enriquecedores















**Identifique três atributos positivos que caracterizem os residentes do PNM e classifique de acordo com a escala indicada:**

1. \_\_\_\_\_ Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
2. \_\_\_\_\_ Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo
3. \_\_\_\_\_ Nada      1 2 3 4 5      Muitíssimo

# Parque Natural de Montesinho



## LEGENDA

-  Aeroporto
-  Igreja
-  Albulreira
-  Museu rural
-  Arquitectura tradicional
-  Panorama
-  Artesanato
-  Parque de campismo
-  Abrigo de Montanha
-  Parque de merendas
-  Castelo / Peourinho
-  Praia fluvial
-  Centro de informação
-  Restaurante

## ANEXO D

## QUESTIONÁRIO A RESIDENTES

Este trabalho insere-se no âmbito de uma investigação sobre a avaliação e percepção do Parque Natural de Montesinho (PNM) pelos seus visitantes e residentes. Sendo a sua opinião muito importante, solicitamos a sua colaboração.

### Caracterização dos residentes

#### Residência :

Aldeia: \_\_\_\_\_

#### Com quem vive?

- Familiares  
 Sózinho

#### A casa onde habita é:

- Própria  
 Alugada

#### Nasceu no PNM?

- Sim. Onde? \_\_\_\_\_  
 Não

#### Sexo

- Feminino  
 Masculino

#### Grupo etário

- de 20  
 20-30  
 30-40  
 40-50  
 mais de 50

Profissão: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

#### Há quanto tempo vive

- na aldeia? \_\_\_\_\_  
 no PNM? \_\_\_\_\_

#### Viveu sempre no PNM?

- Sim  
 Não

## Ligação, Sentido de Comunidade e Identidade Social

#### Pertence a grupos locais?

- Sim. Quais? \_\_\_\_\_  
 Não

#### • Os familiares vivem

- na aldeia? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo  
 no PNM? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

#### • Os melhores amigos vivem

- na aldeia? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo  
 no PNM? Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

## Avaliação dos visitantes

Como classifica os seus contactos com os visitantes do parque?

Nulos 1 2 3 4 5 Frequentes

Como avalia os seus contactos com os visitantes do parque?

Difíceis 1 2 3 4 5 Fáceis

Desagradáveis 1 2 3 4 5 Agradáveis

Nada enriquecedores 1 2 3 4 5 Muito enriquecedores

Identifique três atributos positivos que caracterizem os visitantes do PNM e classifique de acordo com a escala indicada:

1. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

2. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

3. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

Identifique três atributos negativos que caracterizem os visitantes do PNM e classifique de acordo com a escala indicada:

1. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

2. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

3. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

## Avaliação dos residentes

Identifique três atributos positivos que caracterizem os residentes do PNM e classifique de acordo com a escala indicada:

1. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

2. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

3. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

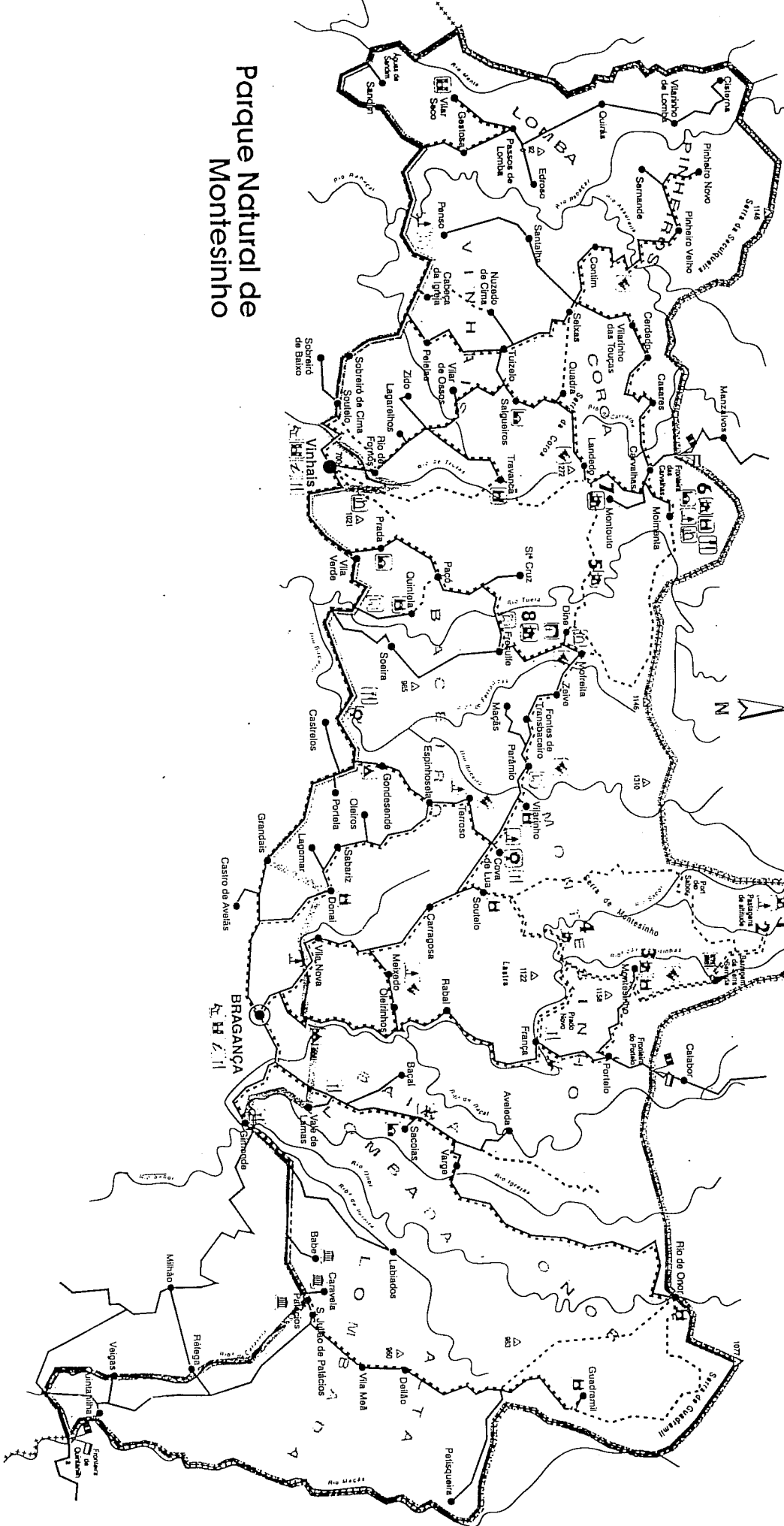
Identifique três atributos negativos que caracterizem os residentes do PNM e classifique de acordo com a escala indicada:

1. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

2. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

3. \_\_\_\_\_ Nada 1 2 3 4 5 Muitíssimo

# Parque Natural de Montesinho



## LEGENDA

- Aeroporto
- Igreja
- Museu rural
- Albufeira
- Arquitectura tradicional
- Parque rural
- Museu rural
- Parque rural
- Parque de campismo
- Parque de merendas
- Praia fluvial
- Restaurante
- Centro de informação
- Turismo no espaço rural